

**PROPOSTA PARA A 48ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, A SER  
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2012, AS 14:30 HORAS**

**ITEM 10. Comentários dos diretores**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O desempenho econômico, social e ambiental da Sanepar no período de 2009 a 2011, mostra que a Companhia está pronta para enfrentar os seus principais desafios: crescer de maneira sustentável econômica, social e ambiental e oferecer um serviço de qualidade para a população do Paraná. A Sanepar é referência no setor de saneamento no Brasil e as ações tomadas em 2011 garantem a manutenção dessa excelência.

O ano de 2011 se iniciou com a revisão da Missão e da Visão da empresa. Era necessário posicionar a Sanepar para atender as novas demandas da sociedade. Nossa Missão, agora, diz de forma clara que buscamos prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, com o objetivo de preservar os recursos naturais e garantir as fontes de água do presente e do futuro, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Visão estabelece com clareza que temos o objetivo de ser uma empresa de excelência, referência no setor, comprometida com a meta de universalizar o saneamento ambiental.

A partir da Missão e da Visão, elaboramos um novo Mapa Estratégico, com as perspectivas:

Sustentabilidade, Clientes, Processos e Pessoas. No dia a dia da Sanepar, trabalhamos com três frentes que impulsionam a empresa para alcançar esses objetivos. A primeira é a qualificação permanente dos empregados, cientes de que são eles nosso principal ativo.

A segunda frente aborda o trabalho integrado com secretarias e órgãos do Estado, de modo a dar mais agilidade às ações da Sanepar junto à população. A terceira frente é a busca de novos mercados.

Uma das primeiras decisões de 2011 foi a criação de uma força-tarefa de profissionais que acelerou o desenvolvimento e a readequação de projetos e o andamento de obras em todo o

Paraná. Essa força-tarefa multiplicou por cinco o volume de recursos licitados na elaboração de projetos, para quase R\$ 25 milhões em 2011, diante de pouco menos de R\$ 5 milhões em 2010.

Todo o trabalho resultou no Plano Plurianual de Investimentos (2012-2014), em que os objetivos da empresa estão claramente delineados. Acreditamos que nossa capacidade de elaborar projetos e conseguir fontes de financiamento nos permitirá crescer continuamente.

Estão previstos investimentos de R\$ 2 bilhões, recursos que serão destinados para todas as áreas de atuação da empresa. Outro marco para a empresa em 2011 foi a emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 395,2 milhões, totalmente subscritas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela BNDESPar, braço de participações do banco.

Esses recursos contribuirão para ampliar a produção de água, manter a cobertura de 100% da população urbana nos municípios atendidos e aumentar o atendimento nos serviços de coleta e tratamento de esgoto para 72% da população, em 2014. Serão beneficiados 99 municípios com esses investimentos, aos quais a Sanepar adicionará R\$ 69,6 milhões em recursos próprios. E outros R\$ 260 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) já estão garantidos para investimentos em municípios com menos de 50 mil habitantes.

Esses investimentos também se refletem na geração de empregos e, por consequência, na melhoria da vida da população do Paraná. As obras executadas pela empresa em 2011 criaram mais de 14 mil empregos diretos e 61 mil empregos indiretos em todo o Estado. No total, o programa de obras da Sanepar atendeu 203 municípios em 2011.

Hoje, a Sanepar atende 100% da população urbana de 345 municípios paranaenses e Porto União (SC) com água tratada. A cobertura da rede de esgotamento sanitário alcança 63,2% da população, e todo o esgoto coletado é tratado. Esses índices mostram que a Sanepar está à frente dos esforços para universalizar os serviços de água e esgoto no País.

Há também novas frentes de atuação da empresa, cujas pedras fundamentais foram lançadas em 2011. A Diretoria Comercial reaproximou a Sanepar das prefeituras municipais, com o objetivo de atender ao novo marco regulatório do Saneamento, definido pela Lei de Saneamento Básico, de 2007. A criação da Gerência de Pequenas Comunidades possibilita levar serviços

de água e esgoto para locais que até então ficavam à margem das políticas de investimento. E a Gerência de Resíduos Sólidos amplia a área de atuação da empresa, com a experiência adquirida com o gerenciamento dos aterros sanitários de Cianorte e Apucarana.

O reconhecimento do trabalho da Sanepar pode ser visto na cotação de suas ações na BM&FBovespa. A Sanepar teve a 15ª maior valorização em 2011, de 58,6%, reflexo de uma gestão séria, voltada para alcançar resultados operacionais e financeiros que trazem retorno para a sociedade e para os investidores.

Os quase 7 mil empregados da Sanepar tiveram em 2011 um ano de grandes conquistas.

Já em março, garantimos um reajuste salarial acima da inflação. Também reajustamos o vale-alimentação e agora ele pode ser usado como vale-refeição em restaurantes. E atendemos a uma antiga reivindicação dos empregados, lançando nosso Plano de Demissão Voluntária com Transferência de Conhecimento - PDVTC, um reconhecimento a quem está se aposentando depois de tantas contribuições à empresa.

Uma política integrada de gestão de pessoas para resultados inclui a elaboração de uma metodologia para dimensionar a necessidade de efetivo e de qualificação da força de trabalho necessária à Sanepar. Também foi estabelecido um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração com critérios claros para esses itens, e foi definida a sistemática de avaliação de desempenho de todos os empregados.

A Sanepar encerra o ano certa de que os pilares de um crescimento sustentável e duradouro estão estabelecidos. Estamos próximos de nossos clientes, sejam eles consumidores finais ou prefeituras, com o objetivo de trabalhar em conjunto para oferecer serviços de água e esgoto de qualidade. Temos uma equipe altamente motivada e capacitada.

Estamos implantando uma gestão moderna, reconhecida pela sociedade, que trabalha para alcançar resultados cada vez melhores.

Em 2011 recolocamos a Sanepar na rota do crescimento, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Agora, nos preparamos para os 50 anos de uma história que orgulha o Paraná e o Brasil.

## Endividamento e rentabilidade

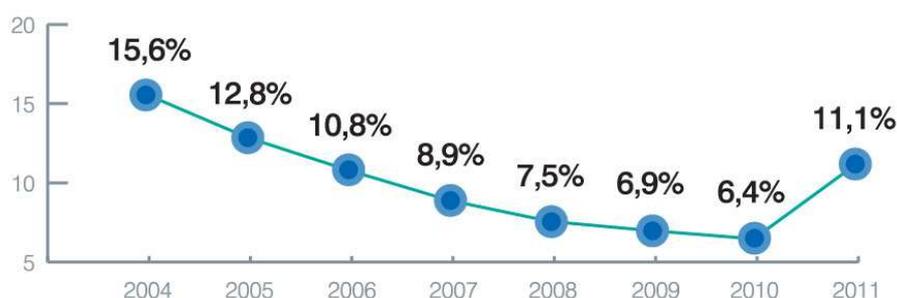
A rentabilidade obtida em 2011 em relação ao patrimônio líquido médio foi de 11,1%, valor muito superior à de 2010, que foi de 6,4%. O bom desempenho desse indicador se justifica pelo crescimento do lucro líquido, que passou de R\$ 136 milhões em 2010 para R\$ 249,2 milhões em 2011.

---

### RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

Em %



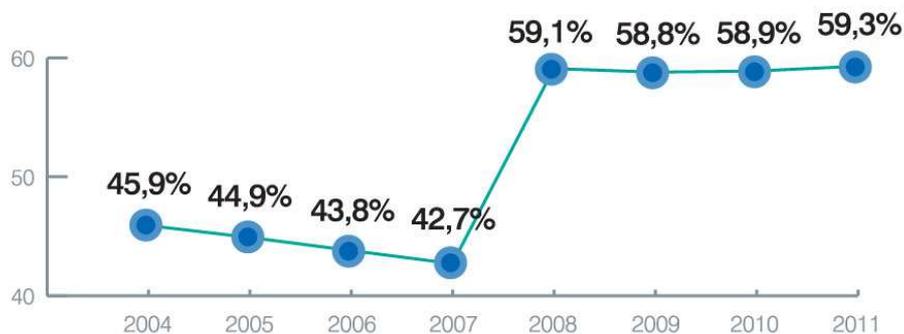
A Sanepar encerrou 2011 com ativos de R\$ 5,68 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,37 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 59,3%. O Patrimônio Líquido era de R\$ 2,31 bilhões ao fim de 2011.

---

### ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO

---

Em %



## Mercado de capitais

O trabalho da Sanepar em 2011 teve o reconhecimento e a confiança da sociedade e dos investidores. As ações preferenciais da companhia tiveram uma valorização de 58,6% em 2011. Foi a 15ª maior alta entre as empresas brasileiras durante o ano e a maior entre as companhias paranaenses com ações na bolsa. Em dezembro do ano passado, a ação preferencial nominativa (PN) da empresa, SAPR4, alcançou R\$ 4,63, bem acima dos R\$ 2,92 de dezembro de 2010. O desempenho das ações fica ainda mais positivo quando comparado com outros indicadores da economia. Em 2011, o Ibovespa caiu 18%, a inflação subiu 6,5%, o dólar teve valorização de 12,3% e a taxa Selic (taxa referencial de juros) encerrou o ano com variação de 11,6%.

### AÇÕES DA SANEPAR

*Evolução da cotação das ações (SAPR4) na BM&FBovespa\*  
Em R\$*



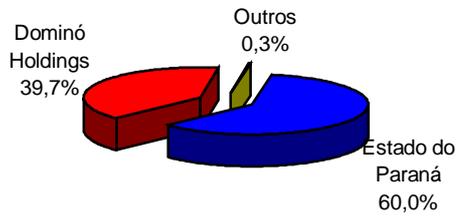
#### 10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

##### Estrutura Capital

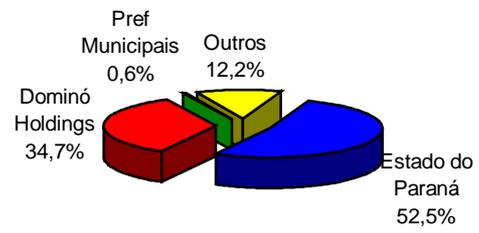
O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	755.946	188.986	944.932	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	500.363	125.091	625.454	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	10.168	10.168	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	3.601	215.845	219.446	0,3%	12,2%
<b>Total</b>	<b>289.836.870</b>	<b>124.245.312</b>	<b>414.082.182</b>	<b>1.259.910</b>	<b>540.090</b>	<b>1.800.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### CAPITAL VOTANTE

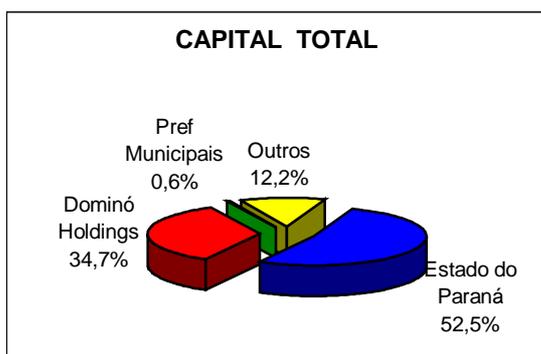
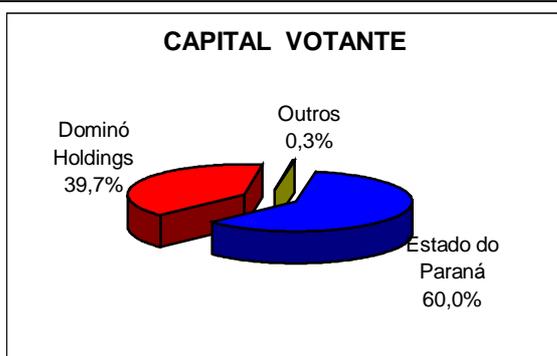


### CAPITAL TOTAL



O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	349.292	87.323	436.615	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	231.197	57.799	288.996	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	4.756	4.756	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	1.664	99.676	101.340	0,3%	12,2%
<b>Total</b>	<b>289.836.870</b>	<b>124.245.312</b>	<b>414.082.182</b>	<b>582.153</b>	<b>249.554</b>	<b>831.707</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>



**Resgate de ações ou quotas:**

Informamos que nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, não houve resgate de ações e até o presente momento inexistente na Sanepar essa possibilidade.

**10.1 c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

Informamos que no triênio 2009 a 2011, a Sanepar honrou todos os compromissos financeiros assumidos, apresentamos a seguir os índices de liquidez de 2009, 2010 e 2011:

ÍNDICES	2009	2010	2011
LIQUIDEZ CORRENTE	0,98	0,86	0,85
LIQUIDEZ GERAL	0,25	0,26	0,30

**10.1.d Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a Sanepar recorre a várias fontes de financiamento, além dos recursos próprios.

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia obteve, no triênio de 2009 a 2011, financiamentos da Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no âmbito do Programa Paraná Urbano II e de repasses do Estado do Paraná, recursos estes obtidos junto ao *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), sendo que os recursos oriundos de repasses do Estado do Paraná, estão registrados contabilmente no Passivo Não Circulante em Créditos para Aumento de Capital/Parte Relacionada.

Em relação a cobertura de deficiências de capital de giro, a Sanepar não precisou tomar financiamentos junto a Instituições Financeiras no triênio 2009 a 2011.

**10.1.e Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia pretende utilizar linhas já aprovadas junto a Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES

(recursos do FAT, do Fundo de Participação do PIS/PASEP) e do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de recursos de outras fontes não onerosas.

**10.1.f Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**

**10.1.f.i. Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes na Sanepar são com as instituições financeiras relacionadas a seguir:**

Banco do Brasil;  
Caixa Econômica Federal;  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;  
Banco Banestado/Itaú (Repasse BID II);

Grau de Endividamento:

2009	58%
2010	59%
2011	59%

**10.1.f.ii A Sanepar não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

**10.1.f.iii Nos contratos de financiamentos firmados com a Sanepar não possuem grau de subordinação entre as dívidas.**

**10.1.f.iv A Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, no encerramento de cada exercício social, até o vencimento das debêntures da 1ª emissão:**

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA2 maior ou igual a 35%;e
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%.

Nota: a descrição dos critérios consta da Escritura de Emissão registrada junto à CVM.

Também para assinatura de contratos de financiamentos junto ao BNDES, a Companhia se comprometeu a manter os seguintes Índices Econômico-Financeiros:

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA maior ou igual a 35%;
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%; e
- iv) Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3.

Ressaltamos que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sanepar vem cumprindo integralmente os limites financeiros estabelecidos, tanto na Escritura de Emissão das Debêntures quanto nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

#### **10.1.g Limites de utilização dos financiamentos contratados:**

Dos financiamentos firmados com os agentes financeiros, os recursos são utilizados de acordo com o andamento dos empreendimentos para os quais foram contratados até o limite de cada financiamento firmado.

#### **10.1.h Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

##### **Declaração de conformidade:**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

A Demonstração do Resultado Abrangente não foi divulgada, em função da Companhia não possuir resultados abrangentes.

A Companhia está divulgando a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual não é requerida pela legislação vigente. Essa demonstração objetiva permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis básicas apresentadas.

### Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

### Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de fevereiro de 2012.

Tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, a Companhia reclassificou o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009 e o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme apresentado a seguir:

Ativo	2008		2008
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.721	(12.721)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.498	12.721	191.219
Depósitos Judiciais	-	64.046	64.046
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.901	(5.901)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.319	5.901	116.220
Provisão para Contingências	108.524	64.046	172.570
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>

Ativo	2009		2009
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.725	(13.725)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.270	13.725	226.995
Depósitos Judiciais	-	86.344	86.344
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.923	(5.923)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.859	5.923	110.782
Provisão para Contingências	104.204	86.344	190.548
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis nos exercícios de 2009 e 2010:

#### Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais. As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

#### Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente.

## Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

### **10.2.a. Resultados das operações do emissor:**

A Sanepar fechou 2011 com um avanço expressivo de 18% em seu faturamento, devido a dois fatores principais. O primeiro é a recomposição da tarifa de água e esgoto depois de seis anos de congelamento. A tarifa foi reajustada em 16% em março. O segundo fator é a manutenção da cobertura de atendimento da Sanepar, que leva água tratada a 100% dos moradores da área urbana das cidades atendidas. Nesse caso, a empresa acompanha o crescimento das cidades e ganha novos consumidores à medida em que as concentrações urbanas se avolumam. O investimento em esgotamento sanitário também foi expressivo, elevando a 63,2% o índice de atendimento à população. Em 2011, o aumento foi de 3,3% no número de ligações de água e de 6,3% nas ligações de esgoto.

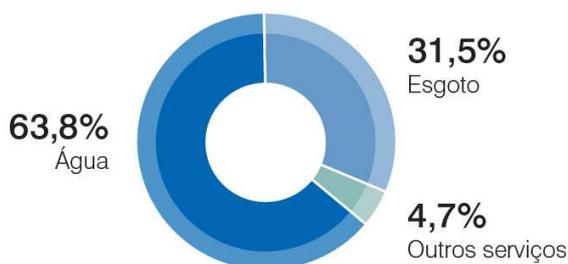
#### **RECEITA TARIFÁRIA**

*Em R\$ milhões*

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	1.105	1.208	1.244	1.313	1.420	1.493	1.590	1.876
Água	769	833	850	879	923	963	1.014	1.197
Esgoto	301	341	357	387	423	458	497	592
Outros Serviços	35	34	37	47	74	72	79	87

#### **COMPOSIÇÃO DA RECEITA TARIFÁRIA**

*Produtos*

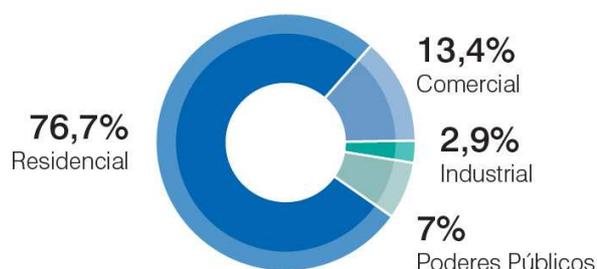


---

## ÁGUA

---

Composição da receita tarifária

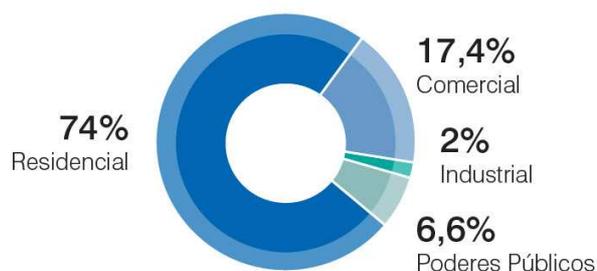


---

## ESGOTO

---

Composição da receita tarifária



O lucro líquido da Sanepar apresentou um avanço de 83,9% em relação a 2010, alcançando R\$ 249,2 milhões. Além da recomposição da tarifa e da manutenção da cobertura de atendimento, houve também um programa de corte nas despesas de custeio da empresa. A margem EBITDA subiu 3,2 pontos percentuais, passando de 39,1% em 2010 para 42,3% ao fim de 2011. A margem líquida também deu um salto positivo, alcançando 14,3% em 2011, superior aos 9,2% em 2010.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ milhões

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Bruta	1.105	1.208	1.244	1.313	1.420	1.493	1.590	1.876
Custos, Despesas e Impostos	895	1.015	1.067	1.156	1.278	1.355	1.454	1.627
Resultado Líquido	210	193	177	157	142	138	136	249

## RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ milhões

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Líquida	1.032	1.118	1.154	1.218	1.318	1.389	1.480	1.742
Custos e Despesas (-) Depreciações e Amortizações	535	599	668	677	741	796	902	1.004
Ebitda	497	519	486	541	577	593	578	738
Depreciações e Amortizações	98	105	115	129	138	150	144	148
Despesas Financeiras e Extraordinárias, Líquidas	107	151	126	193	245	255	250	275
IR e Contribuição Social	82	70	68	62	52	50	48	66
Resultado Líquido	210	193	177	157	142	138	136	249
Margem Ebitda (em %)	48,2	46,5	42,1	44,4	44,6	42,7	39,1	42,3

### Pesquisa mostra alto nível de aprovação da empresa

Pesquisa feita pela companhia mostrou a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados pela Sanepar. Foram feitas 5.284 entrevistas pessoais em todas as regiões do Paraná.

A pesquisa revelou excelente avaliação dos serviços de água e esgoto e alto nível de conhecimento da companhia. Entre os clientes, 93,5% afirmaram conhecer a Sanepar e 78,9% disseram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados. A grande maioria, 82,9%, também prefere que a companhia continue como responsável pelo saneamento em seus municípios.

### **10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

O aumento verificado nas receitas operacionais da Sanepar, no biênio de 2009 a 2010 ocorreu devido ao acréscimo de novas

ligações de água e esgoto, neste período não houve reajuste tarifário. Em março de 2011 houve a recomposição da tarifa de água e esgoto depois de seis anos de congelamento, a tarifa foi reajustada em 16%. No triênio não houve a introdução de novos produtos e serviços que alterassem significativamente as receitas operacionais da Companhia.

**10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos e os juros sobre os financiamentos no período de 2009 a 2011, foram absorvidos pelo crescimento vegetativo da Companhia, que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados apurados no triênio. Em março de 2011 a Companhia reajustou suas tarifas em 16% para recompor a tarifa depois de seis anos de congelamento.

Com o crescimento da eficiência operacional, a Companhia conquista, de um lado, aumento nas suas receitas e, de outro, redução de custos. A otimização dos processos diminui a utilização de insumos necessários à produção, como energia, produtos químicos e mão de obra. Com a redução de utilização de insumos a Sanepar diminui os custos de produção.

A eficiência operacional é um dos focos do modelo de gestão da Sanepar. Ao longo dos anos, a Companhia tem alcançado resultados significativos devido ao investimento em sistemas e processos mais eficazes. Desta forma, além de melhorar o seu desempenho econômico-financeiro, a Sanepar amplia a qualidade dos serviços oferecidos à população e consolida sua atuação sustentável.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**10.3.a. Introdução ou alienação de segmento operacional:**

Informamos que no triênio 2009 a 2011 não houve na Sanepar introdução ou alienação de segmento operacional.

### **10.3.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

Informamos que no triênio 2009 a 2011 não houve na Sanepar constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

### **10.3.c. Eventos ou operação não usuais:**

Informamos que no triênio 2009 a 2011 não houve na Sanepar eventos ou operações não usuais.

### **10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Alterações a partir de 2009:

#### **Novos Pronunciamentos Contábeis**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeitos retroativos para o ano de 2009 para fins comparativos.

Os Pronunciamentos e as Interpretações Técnicas que poderão impactar as Demonstrações Contábeis da Companhia são:

- CPC 16 - Estoques;
- CPC 20 - Custos de Empréstimos;
- CPC 22 - Informações por Segmento;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- CPC 30 - Receitas;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;

- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40;
- ICPC 01 - Contratos de Concessão;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.

#### 10.4.b Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

- Ajustes a Valor Presente

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou estudos sobre a aplicabilidade de Ajustes a Valor Presente dos elementos do ativo e do passivo, impactando os saldos que demonstramos a seguir:

<b>Contas</b>	<b>Características Atualização</b>	<b>Contra Partida AVP</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Resultado do Exercício
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Resultado do Exercício

- (1) Registrado pelo valor histórico, no entanto os parcelamentos das contas de particulares estão atualizados pela SELIC e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente os mesmos indicadores utilizados para atualização das contas.

Em relação ao CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica de seus bens - Imobilizado e Intangível adotado a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

Descrição	Vida útil		Taxa de depreciação/amortização	
	Atual	Econômica	Atual (a)	Econômica (b)
<b>Imobilizado</b>				
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%
Construções Civis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%
Instalações	10 anos	15 e 16 anos	10%	6,25% e 6,67%
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%
<b>Intangível</b>				
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir do exercício de 2010 com base em estudos internos da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia identificou alguns bens em operação que apresentam valor contábil inferior ao seu valor justo. Dessa forma, no balanço de abertura de 2010, foi reconhecido, em decorrência dos ajustes da aplicação do novo custo, o montante de R\$ 69.370. Esse valor foi contabilizado a débito da conta do ativo imobilizado, tendo como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquida do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Os saldos contábeis de 2009 apresentados para fins comparativos foram ajustados.

#### **10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

Informamos que o Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 não apresentaram ressalvas ou ênfases.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

#### **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

##### **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente;

##### **b) Contas a Receber de Clientes**

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

##### **c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos**

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

##### **d) Estoques**

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de

aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

**e) Investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

**f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros**

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos;

**g) Imobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8. O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

**h) Intangível**

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas n<sup>os</sup> 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 - Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos.

**i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados no ativo não circulante e passivo não circulante,

em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c.

Quando da sua constituição, a Companhia efetuou análises que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

#### **j) Passivo Circulante e Não Circulante**

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

#### **k) Apuração dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

#### **l) Juros sobre o Capital Próprio**

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado;

#### **m) Transações com Partes Relacionadas**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 17;

#### **n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados e pensionistas) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM, conforme demonstrado na nota 25;

**o) Questões Ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil;

**p) Uso de Estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**q) Concessões**

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico de duas maneiras: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de Contratos de Concessão, e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as novas regras da Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

**PROVISÕES**

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A posição em 31 de dezembro das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2009	2008	2009	2008
Trabalhistas (1)	67.700	54.598	108.821	94.125
Cíveis (2)	17.704	8.758	71.087	41.640
Ambientais (3)	16	6	8.274	9.693
Tributária – Multa Processo da COFINS (4)	-	-	-	21.881
Tributária – ISS	-	-	-	3.132
Outras	924	683	2.366	2.098
<b>Subtotais</b>	<b>86.344</b>	<b>64.045</b>	<b>190.548</b>	<b>172.569</b>
Depósitos Judiciais			(86.344)	(64.045)
<b>Totais das Provisões para Contingências, Líquidas</b>			<b>104.204</b>	<b>108.524</b>

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2010	2009	2010	2009
Trabalhistas (1)	76.895	67.700	126.132	108.821
Cíveis (2)	30.165	17.704	95.206	71.087
Ambientais (3)	536	16	12.706	8.274
Outras	937	924	5.873	2.366
<b>Totais</b>	<b>108.533</b>	<b>86.344</b>	<b>239.917</b>	<b>190.548</b>

Natureza	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2011
Ações Trabalhistas (1)	126.132	34.265	(8.199)	(15.004)	137.194
Ações Cíveis (2)	95.206	66.701	(7.177)	(3.334)	151.396
Ações Ambientais (3)	12.706	85	(9.002)	-	3.789
Ações Tributárias (4)	5.873	722	(6.318)	(5)	272
<b>Total</b>	<b>239.917</b>	<b>101.773</b>	<b>(30.696)</b>	<b>(18.343)</b>	<b>292.651</b>

(1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

(2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.

(3) A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP – Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis. Essas questões, normalmente, quando decididas desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 31 de dezembro de 2011, estão orçadas em R\$419,4 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

- (4) As provisões tributárias relacionam-se, basicamente, a questionamentos movidos pela prefeitura municipal de Tamboara referente ao ISSQN do município de Santo Antônio da Platina referente ao IPTU.

### **Passivos Contingentes**

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição em 31 de dezembro dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

<b>Natureza</b>	<b>Passivos Contingentes</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações Cíveis	95.551	47.383
Ações Ambientais	7.364	8.717
Ações Tributárias	11.731	5.627
<b>Totais</b>	<b>114.646</b>	<b>61.727</b>

## Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição em 31 de dezembro é a seguinte:

<b>Natureza</b>	<b>Depósitos Judiciais</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações Trabalhistas	84.082	76.895
Ações Cíveis	37.566	30.165
Ações Ambientais	560	536
Ações Tributárias	1.471	937
<b>Totais</b>	<b>123.679</b>	<b>108.533</b>

## RECONHECIMENTO DA RECEITA

Na receita operacional incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

## CRÉDITOS FISCAIS

### IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

2009

Apresenta a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Imposto de Renda a compensar (1)	8.333	3.369
Contribuição Social a compensar (1)	1.360	2.604
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.501	1.583
Outros tributos a compensar	282	282
<b>Totais</b>	<b>11.476</b>	<b>7.838</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>10.417</b>	<b>6.673</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.059</b>	<b>1.165</b>

## 2010

Apresenta a seguinte composição

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Imposto de Renda a compensar (1)	2.912	8.333
Contribuição Social a compensar (1)	182	1.360
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.395	1.501
Outros tributos a compensar	282	282
<b>Totais</b>	<b>4.771</b>	<b>11.476</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>3.799</b>	<b>10.417</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>972</b>	<b>1.059</b>

## 2011

Apresenta a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Imposto de Renda a compensar (1)	10.703	2.912
Contribuição Social a compensar (1)	2.734	182
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.284	1.395
Outros tributos a compensar	282	282
<b>Totais</b>	<b>15.003</b>	<b>4.771</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>14.045</b>	<b>3.799</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>958</b>	<b>972</b>

(1) Estes valores referem-se aos saldos negativos do exercício de 2011, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL em comparação com o lucro real apurado. A atualização ocorre pela taxa SELIC.

## ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

2009

### IMOBILIZADO

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2009	2008
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	2.624.169	(828.959)	1.795.210	1.628.729
Sistemas de Esgoto	2.067.823	(412.657)	1.655.166	1.556.398
Administração	113.489	(70.397)	43.092	43.115
Outras Imobilizações	20.228	(12.763)	7.465	8.468
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	543.519	656.523
Estoques para Obras	20.253	-	20.253	15.435
<b>Totais</b>	<b>5.389.481</b>	<b>(1.324.776)</b>	<b>4.064.705</b>	<b>3.908.668</b>

Por Natureza			2009	2008			
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido		
			Custo	Reavaliação			
Terrenos	-	49.627	-	-	49.627	47.435	
Poços	5%	75.498	-	(25.454)	50.044	49.191	
Barragens	3%	125.223	9.318	(24.875)	(7.538)	102.128	101.251
Construções Cíveis	2%	1.140.511	47.092	(215.872)	(26.145)	945.586	865.903
Benfeitorias	2%	6.368	-	(973)	-	5.395	4.836
Tubulações	1,93%	2.112.256	343.006	(374.811)	(170.574)	1.909.877	1.773.981
Ligações Prediais	5%	293.304	-	(123.753)	-	169.551	163.764
Instalações	10%	30.640	-	(15.988)	-	14.652	14.043
Hidrômetros	10%	115.719	-	(54.407)	-	61.312	62.126
Macromedidores	10%	2.466	-	(1.239)	-	1.227	447
Equipamentos	10%	284.272	-	(151.491)	-	132.781	108.711
Móveis e Utensílios	10%	18.975	-	(13.846)	-	5.129	5.674
Equipamentos de Informática	20%	93.432	-	(54.368)	-	39.064	26.590
Ferramentas	20%	437	-	(371)	-	66	75
Veículos	20%	55.762	-	(43.925)	-	11.837	9.352
Máquinas, Tratores e Similares	25%	16.595	-	(16.148)	-	447	1.430
Proteção e Preservação Ambiental	20%	5.208	-	(2.998)	-	2.210	1.901
Projetos e Obras em Andamento	-	543.519	-	-	-	543.519	656.523
Estoques para Obras	-	20.253	-	-	-	20.253	15.435
<b>Totais</b>		<b>4.990.065</b>	<b>399.416</b>	<b>(1.120.519)</b>	<b>(204.257)</b>	<b>4.064.705</b>	<b>3.908.668</b>

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, cujos saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$195.159 e R\$206.510, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção de tais valores é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2009, refere-se a 95 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 58 localidades, no montante de R\$99.122; 158 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 78 localidades, no montante de R\$372.507, e ainda R\$71.890 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2009 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$7.760 (R\$18.680 em 2008).

O ativo imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

<b>Descrição</b>	<b>2008</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas e Perdas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2009</b>
Terrenos	47.435	719	-	(20)	1.493	49.627
Poços	49.191	81	(1.979)	(1.017)	3.768	50.044
Barragens	101.251	6	(4.143)	-	5.014	102.128
Construções Civas	865.903	2.447	(23.437)	(967)	101.640	945.586
Benfeitorias	4.836	185	(118)	-	492	5.395
Tubulações	1.773.981	6.803	(49.918)	(2.374)	181.385	1.909.877
Ligações Prediais	163.764	8	(13.120)	(443)	19.342	169.551
Instalações	14.043	1.057	(2.383)	(55)	1.990	14.652
Hidrômetros	62.126	-	(11.092)	(1.940)	12.218	61.312
Macromedidores	447	-	(118)	-	898	1.227
Equipamentos	108.711	10.339	(19.826)	(2.003)	35.560	132.781
Móveis e Utensílios	5.674	492	(1.102)	(15)	80	5.129
Equipamentos de Informática	26.590	271	(11.210)	(15)	23.428	39.064
Ferramentas	75	17	(26)	-	-	66
Veículos	9.352	7.259	(4.666)	(108)	-	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	1.430	52	(1.034)	(1)	-	447
Proteção e Preservação Ambiental	1.901	875	(791)	-	225	2.210
<b>Subtotais Imobilizado Operacional</b>	<b>3.236.710</b>	<b>30.611</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(8.958)</b>	<b>387.533</b>	<b>3.500.933</b>
Projetos e Obras em Andamento	656.523	276.710	-	(158)	(389.556)	543.519
Estoques para Obras	15.435	4.818	-	-	-	20.253
<b>Totais</b>	<b>3.908.668</b>	<b>312.139</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(a) (9.116)</b>	<b>(b) (2.023)</b>	<b>4.064.705</b>

(a) Refere-se ao total de baixas e perdas na recuperação de ativos.

(b) Valor transferido para o Ativo Intangível, conforme nota explicativa nº 9.

### Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos.

Premissas utilizadas:

1. Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como

unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

2. As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos;
3. As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
4. Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m<sup>3</sup> por ligação, bem como a tarifa média cobrada por m<sup>3</sup>;
5. O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
6. A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Conclusão:

#### 1. Ativos Operacionais

Os ativos que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável, conforme demonstramos a seguir:

Saldo contábil do Imobilizado Técnico em operação em 31/12/2009, no montante de R\$3.500.933;

Valor presente em 31/12/2009, dos ativos em uso da Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2014, no montante de R\$4.523.550.

#### 2. Ativos não operacionais

Os ativos investidos no município de Andirá não estão gerando fluxos de caixa para a Companhia, em virtude da retirada unilateral da concessão para prestação dos serviços de água e esgoto para aquele município. Dessa forma, a Companhia registrou, durante este exercício, como perdas por desvalorização de ativos o montante de R\$4.723, referente ao saldo contábil dos ativos de Andirá.

A Companhia está discutindo judicialmente a quebra unilateral do contrato de concessão, por parte da Prefeitura Municipal de Andirá.

## **INTANGÍVEL**

Apresenta a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>Taxa de Amortização</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
				<b>Valor Líquido</b>	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(33.680)	91.320	95.486
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(45)	75	81
Programas de Informática (3)	20%	11.016	(8.938)	2.078	-
<b>Totais</b>		<b>136.136</b>	<b>(42.663)</b>	<b>93.473</b>	<b>95.567</b>

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.
- (3) Neste exercício, os Programas de Informática classificados como Imobilizado em 2008, foram transferidos para o Ativo Intangível.

A movimentação do ativo intangível durante este exercício é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2008</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2009</b>
Concessão do Município de Curitiba	95.486	-	(4.166)	-	-	91.320
Concessão do Município de Cianorte	81	-	(6)	-	-	75
Programas de Informática	-	752	(630)	(67)	2.023	2.078
<b>Totais</b>	<b>95.567</b>	<b>752</b>	<b>(4.802)</b>	<b>(67)</b>	<b>2.023</b>	<b>93.473</b>

A Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável do ativo intangível, conforme procedimentos descritos na nota 8 - imobilizado, e não identificou ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

2010

#### IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

##### a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

<b>Por Contas</b>			<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Sistemas de Água	2.758.876	(891.327)	1.867.549	1.795.210
Sistemas de Esgoto	2.375.407	(462.664)	1.912.743	1.655.166
Administração	137.761	(77.376)	60.385	43.092
Outras Imobilizações	21.222	(12.140)	9.082	7.465
Projetos e Obras em Andamento	496.685	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	35.459	-	35.459	20.253
<b>Totais</b>	<b>5.825.410</b>	<b>(1.443.507)</b>	<b>4.381.903</b>	<b>4.064.705</b>

Por Natureza						2010	2009
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo		
Terrenos	-	54.906	-	-	-	54.906	49.627
Poços	2,86%	79.245	3.610	(26.365)	(233)	56.257	50.044
Barragens	2%	127.549	10.167	(27.129)	(7.789)	102.798	102.128
Construções Civas	* 1,83%	1.183.499	47.214	(236.212)	(27.224)	967.277	945.586
Benfeitorias	2%	6.974	-	(1.103)	-	5.871	5.395
Tubulações	* 1,95%	2.392.198	344.121	(419.201)	(178.515)	2.138.603	1.909.877
Ligações Prediais	3,33%	327.594	7.396	(125.177)	(686)	209.127	169.551
Instalações	6,67%	36.587	1.785	(17.222)	(334)	20.816	14.652
Hidrômetros	10%	121.930	1.951	(60.375)	(365)	63.141	61.312
Macromedidores	10%	2.588	467	(1.391)	(92)	1.572	1.227
Equipamentos	* 6,22%	299.809	19.257	(159.858)	(2.662)	156.546	132.781
Móveis e Utensílios	7,14%	19.642	1.852	(14.132)	(454)	6.908	5.129
Equipamentos de Informática	* 19,78%	98.936	13.691	(64.615)	(5.324)	42.688	39.064
Ferramentas	6,67%	481	89	(363)	(8)	199	66
Veículos	* 13,05%	55.722	9.281	(44.636)	(3.370)	16.997	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.128	6.597	(16.334)	(2.338)	6.053	447
Proteção e Preservação Ambiental	20%	-	-	-	-	-	2.210
Projetos e Obras em Andamento	-	496.685	-	-	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	-	35.459	-	-	-	35.459	20.253
<b>Totais</b>		<b>5.357.932</b>	<b>467.478</b>	<b>(1.214.113)</b>	<b>(229.394)</b>	<b>4.381.903</b>	<b>4.064.705</b>

\* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$ 238.084 e R\$ 195.159, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2010, refere-se a 119 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 67 localidades, no montante de R\$ 104.960; 189 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 77 localidades, no montante de R\$ 318.492, e ainda R\$ 73.233 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$ 11.070 (R\$ 7.760 em 2009).

## b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2010	2009
				Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(37.847)	87.153	91.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(50)	70	75
Programas de Informática	20%	11.296	(9.742)	1.554	2.078
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	192	(141)	51	-
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.570	(3.912)	4.658	-
<b>Totais</b>		<b>145.178</b>	<b>(51.692)</b>	<b>93.486</b>	<b>93.473</b>

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

### c) Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado e Intangível apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2009	Custo Atribuído	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2010
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos	49.627	-	1.437	-	-	3.842	54.906
Poços	50.044	3.610	58	(1.139)	(52)	3.736	56.257
Barragens	102.128	849	159	(2.363)	-	2.025	102.798
Construções Civas	945.586	122	2.578	(21.660)	(582)	41.233	967.277
Benfeitorias	5.395	-	183	(130)	(1)	424	5.871
Tubulações	1.909.877	1.115	16.335	(52.331)	-	263.607	2.138.603
Ligações Prediais	169.551	7.900	56	(8.397)	(1.041)	41.058	209.127
Instalações	14.652	1.795	832	(1.735)	(10)	5.282	20.816
Hidrômetros	61.312	2.323	12	(11.386)	(1.213)	12.093	63.141
Macromedidores	1.227	467	-	(246)	-	124	1.572
Equipamentos	132.781	19.497	9.631	(13.096)	(1.902)	9.635	156.546
Móveis e Utensílios	5.129	1.895	664	(1.003)	(59)	282	6.908
Equipamentos de Informática	39.064	13.889	2.620	(15.655)	(165)	2.935	42.688
Ferramentas	66	90	63	(15)	(1)	(4)	199
Veículos	11.837	9.347	1.458	(5.563)	(82)	-	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	447	6.596	1.532	(2.524)	-	2	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	2.210	-	115	(180)	-	(2.145)	-
<b>Subtotais Imobilizado Operacional</b>	<b>3.500.933</b>	<b>69.495</b>	<b>37.733</b>	<b>(137.423)</b>	<b>(5.108)</b>	<b>384.129</b>	<b>3.849.759</b>
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	343.856	-	(479)	(390.211)	496.985
Estoques para Obras	20.253	-	15.206	-	-	-	35.459
<b>Totais Imobilizado</b>	<b>4.064.705</b>	<b>69.495</b>	<b>396.795</b>	<b>(137.423)</b>	<b>(5.587)</b>	<b>(a) (6.082)</b>	<b>4.381.903</b>
<b>Intangível</b>							
Concessão do Município de Curitiba	91.320	-	-	(4.167)	-	-	87.153
Concessão do Município de Cianorte	75	-	-	(5)	-	-	70
Programas de Informática	2.078	-	280	(1.453)	-	649	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	-	-	-	(5)	-	56	51
Proteção e Preservação Ambiental	-	-	157	(876)	-	5.377	4.658
<b>Totais Intangível</b>	<b>93.473</b>	<b>-</b>	<b>437</b>	<b>(6.506)</b>	<b>-</b>	<b>6.082</b>	<b>93.486</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.158.178</b>	<b>69.495</b>	<b>397.232</b>	<b>(143.929)</b>	<b>(5.587)</b>	<b>-</b>	<b>4.475.389</b>

### d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m<sup>3</sup> por ligação, bem como a tarifa média por m<sup>3</sup>;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$ 3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$ 5.381.247.

#### **e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais**

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Civis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior (a)	Atual (b)	
				Nominal	Média Ponderada
<b>Imobilizado</b>					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Civas	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
<b>Intangível</b>					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

#### f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

<u>Descrição</u>	<u>Valor Contábil em 31/12/2009</u>	<u>Custo Atribuído</u>	<u>Valor Contábil em 01/01/2010</u>	<u>Vida Útil Remanescente (em meses)</u>
<b>Imobilizado</b>				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Cíveis	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
<b>Totais</b>	<b>2.262</b>	<b>69.495</b>	<b>71.757</b>	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$ 69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$ 23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 17.575.

#### **g) Política de Distribuição de Dividendos**

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2011

## INTANGÍVEL E IMOBILIZADO

### a) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas		2011	2010
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Sistemas de Água	11.031	(6.789)	4.242
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(42.070)	83.050
Outros Ativos Intangíveis	16.543	(9.975)	6.568
<b>Totais</b>	<b>152.694</b>	<b>(58.834)</b>	<b>93.860</b>

Por Natureza		2011	2010	
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Poços (1)	2,67%	145	(19)	126
Construções Cíveis (1)	* 2,19%	82	(47)	35
Benfeitorias (1)	2%	31	(7)	24
Tubulações (1)	* 2,88%	277	(133)	144
Ligações Prediais (1)	2,55%	78	(36)	42
Instalações (1)	6,67%	133	(42)	91
Hidrômetros (1)	10%	80	(58)	22
Macromedidores (1)	10%	1	(1)	-
Equipamentos (1)	* 6,22%	96	(42)	54
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	1	(1)	-
Programas de Informática	20%	17.712	(11.134)	6.578
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	146	(99)	47
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.792	(5.145)	3.647
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(42.014)	82.986
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(56)	64
<b>Totais</b>		<b>152.694</b>	<b>(58.834)</b>	<b>93.860</b>

- Taxa Média Ponderada

(1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor).

(2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.

(3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

## b) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2011	2010
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.834.259	(954.980)	1.879.279	1.867.549
Sistemas de Esgoto	2.556.072	(516.015)	2.040.057	1.912.743
Resíduos Sólidos	3.160	(2.064)	1.096	-
Administração	137.551	(78.463)	59.088	60.385
Outras Imobilizações	17.931	(9.862)	8.069	9.082
Projetos e Obras em Andamento	553.303	-	553.303	496.685
Estoques para Obras	38.118	-	38.118	35.459
<b>Totais</b>	<b>6.140.394</b>	<b>(1.561.384)</b>	<b>4.579.010</b>	<b>4.381.903</b>

Por Natureza			Custo		Depreciação Acumulada		2011	2010
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Valor Líquido		
Terrenos	-	56.953	-	-	-	56.953	54.906	
Poços	2,86%	81.886	3.610	(27.397)	(464)	57.635	56.257	
Barragens	2%	127.688	10.167	(29.404)	(7.908)	100.543	102.798	
Construções Civas	* 1,83%	1.210.499	47.178	(257.370)	(28.301)	972.006	967.277	
Benfeitorias	2%	7.416	-	(1.245)	-	6.171	5.871	
Tubulações	* 1,95%	2.575.638	344.086	(467.810)	(186.439)	2.265.475	2.138.603	
Ligações Prediais	3,33%	354.599	7.111	(129.126)	(1.317)	231.267	209.127	
Instalações	6,67%	39.881	1.784	(18.933)	(669)	22.063	20.816	
Hidrômetros	10%	121.197	1.524	(63.565)	(572)	58.584	63.141	
Macromedidores	10%	2.814	465	(1.551)	(184)	1.544	1.572	
Equipamentos	* 6,22%	313.159	18.792	(167.794)	(4.993)	159.164	156.546	
Móveis e Utensílios	7,14%	20.596	1.737	(14.340)	(852)	7.141	6.908	
Equipamentos de Informática	* 19,77%	98.419	10.825	(71.252)	(7.980)	30.012	42.688	
Ferramentas	6,67%	530	88	(370)	(16)	232	199	
Veículos	* 13,05%	56.318	9.275	(46.758)	(4.550)	14.285	16.997	
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.141	6.597	(16.665)	(3.559)	4.514	6.053	
Projetos e Obras em Andamento	-	553.303	-	-	-	553.303	496.685	
Estoques para Obras	-	38.118	-	-	-	38.118	35.459	
<b>Totais</b>		<b>5.677.155</b>	<b>463.239</b>	<b>(1.313.580)</b>	<b>(247.804)</b>	<b>4.579.010</b>	<b>4.381.903</b>	

\* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$215.435 e R\$238.084, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis

de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2011, refere-se a 175 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 94 localidades, no montante de R\$134.330; 220 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 88 localidades, no montante de R\$342.507, e ainda R\$76.466 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$14.595 (R\$11.070 em 2010).

### c) Movimentação do Intangível e Imobilizado

Descrição	2010	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2011
<b>Intangível</b>						
Poços	-	-	(2)	-	128	126
Construções Civis	-	-	(2)	-	37	35
Benfeitorias	-	-	(1)	-	25	24
Tubulações	-	1	(8)	-	151	144
Ligações Prediais	-	-	(2)	-	44	42
Instalações	-	-	(8)	-	99	91
Hidrômetros	-	-	(8)	(2)	32	22
Equipamentos	-	-	(5)	-	59	54
Programas de Informática	1.554	6.424	(1.400)	-	-	6.578
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	51	-	(4)	-	-	47
Proteção e Preservação Ambiental	4.658	222	(1.233)	-	-	3.647
Concessão do Município de Curitiba	87.153	-	(4.167)	-	-	82.986
Concessão do Município de Cianorte	70	-	(6)	-	-	64
<b>Totais Intangível</b>	<b>93.486</b>	<b>6.647</b>	<b>(6.846)</b>	<b>(2)</b>	<b>575</b>	<b>93.860</b>
<b>Imobilizado</b>						
Terrenos	54.906	517	-	(41)	1.571	56.953
Poços	56.257	307	(1.177)	2	2.246	57.635
Barragens	102.798	-	(2.395)	-	140	100.543
Construções Civis	967.277	2.541	(22.728)	(1.066)	25.982	972.006
Benfeitorias	5.871	144	(141)	(8)	305	6.171
Tubulações	2.138.603	12.999	(56.620)	(31)	170.524	2.265.475
Ligações Prediais	209.127	29	(9.527)	(1.294)	32.932	231.267
Instalações	20.816	995	(2.105)	(13)	2.370	22.063
Hidrômetros	63.141	-	(11.070)	(1.304)	7.817	58.584
Macromedidores	1.572	-	(258)	(2)	232	1.544
Equipamentos	156.546	13.188	(13.789)	(3.155)	6.374	159.164
Móveis e Utensílios	6.908	1.391	(1.049)	(123)	14	7.141
Equipamentos de Informática	42.688	3.542	(15.506)	(1.039)	327	30.012
Ferramentas	199	52	(18)	(1)	-	232
Veículos	16.997	737	(3.431)	(18)	-	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	6.053	13	(1.552)	-	-	4.514
<b>Subtotais Imobilizado Operacional</b>	<b>3.849.759</b>	<b>36.455</b>	<b>(141.366)</b>	<b>(8.093)</b>	<b>250.834</b>	<b>3.987.589</b>
Projetos e Obras em Andamento	496.685	308.419	-	(286)	(251.515)	553.303
Estoques para Obras	35.459	2.659	-	-	-	38.118
<b>Totais Imobilizado</b>	<b>4.381.903</b>	<b>347.533</b>	<b>(141.366)</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(681)</b>	<b>4.579.010</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.475.389</b>	<b>354.180</b>	<b>(148.212)</b>	<b>(8.381)</b>	<b>(a)</b>	<b>4.672.870</b>

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente ao montante esperado de recebimento ao final do contrato com o município de Quitandinha.

### d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o

valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Sanepar, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m<sup>3</sup> por ligação e a tarifa média cobrada por m<sup>3</sup>;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

#### **e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais**

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por

funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2011, na ordem de R\$16.258.

#### **f) Custo Atribuído**

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou

bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2011, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$13.635.

#### **g) Política de Distribuição de Dividendos**

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

#### **PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$17.805 (R\$16.105 em 2010) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,8% pela patrocinadora e 36,2% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$28.540 (R\$26.589 em 2010).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 06 de fevereiro de 2012, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi contratada a Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial de 2009, 2010 e 2011:

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	446.616	249.711	696.327	597.292
Valor Justo dos Ativos	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Valor Líquido das Perdas Atuariais	28.724	17.787	46.511	30.267
<b>Totais</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>	<b>352.745</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>11.160</b>	<b>17.438</b>	<b>28.598</b>	<b>23.516</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>156.238</b>	<b>244.141</b>	<b>400.379</b>	<b>329.229</b>

2010

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	503.700	317.220	820.920	696.327
Valor Justo dos Ativos	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	29.640	(9.303)	20.337	46.511
<b>Totais</b>	<b>200.011</b>	<b>301.371</b>	<b>501.382</b>	<b>428.977</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>13.334</b>	<b>20.091</b>	<b>33.425</b>	<b>28.598</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>186.677</b>	<b>281.280</b>	<b>467.957</b>	<b>400.379</b>

2011

Demonstração do passivo atuarial:

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	552.584	343.784	896.368	820.920
Valor Justo dos Ativos	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	39.683	13.508	53.191	20.337
<b>Totais</b>	<b>245.080</b>	<b>351.539</b>	<b>596.619</b>	<b>501.382</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>16.339</b>	<b>23.436</b>	<b>39.775</b>	<b>33.425</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>228.741</b>	<b>328.103</b>	<b>556.844</b>	<b>467.957</b>

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do período de 2009:

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Passivo em 31/12/2008	134.969	217.776	352.745
Despesas Correntes em 2009	13.792	31.421	45.213
Contribuições da Companhia em 2009	(10.087)	(5.405)	(15.492)
Perdas Atuariais	28.724	17.787	46.511
<b>Passivo reconhecido em 31/12/2009</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>

Apuração do passivo atuarial:

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Valor presente da obrigação no início do ano	405.108	222.451	627.559
Custo de juros sobre a obrigação – 11%	44.562	24.470	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	31.119	-	31.119
Custo do serviço corrente previsto para 2009	1.579	7.465	9.044
Benefícios pagos no exercício de 2009	(30.606)	(6.490)	(37.096)
Perda atuarial do exercício de 2009	23.578	19.602	43.180
<b>Obrigação total no exercício de 2009</b>	<b>475.340</b>	<b>267.498</b>	<b>742.838</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(270.139)	(4.675)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano – 11%	(29.715)	(514)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.634)	-	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(10.087)	(5.405)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício de 2009	30.606	6.490	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício de 2009	(25.973)	(1.815)	(27.788)
<b>Valor justo dos ativos no exercício de 2009</b>	<b>(307.942)</b>	<b>(5.919)</b>	<b>(313.861)</b>
<b>Passivo reconhecido em 31/12/2009</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>

2010

<b>Descrição</b>	<b>Plano de</b>		<b>2010</b>	<b>2009</b>
	<b>aposentadoria</b>	<b>Assistência Médica</b>		
Valor presente da obrigação no início do ano	475.340	267.498	742.838	627.559
Custo de juros sobre a obrigação	49.911	28.087	77.998	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	27.927	19.760	47.687	31.119
Custo do serviço corrente	1.440	8.923	10.363	9.044
Benefícios pagos no exercício	(35.616)	(7.439)	(43.055)	(37.096)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	14.338	(8.912)	5.426	43.180
<b>Obrigação total no exercício de 2010</b>	<b>533.340</b>	<b>307.917</b>	<b>841.257</b>	<b>742.838</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano	(32.334)	(621)	(32.955)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.901)	-	(2.901)	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(13.143)	(7.054)	(20.197)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício	35.616	7.439	43.055	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(12.625)	(391)	(13.016)	(27.788)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(333.329)</b>	<b>(6.546)</b>	<b>(339.875)</b>	<b>(313.861)</b>
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>200.011</b>	<b>301.371</b>	<b>501.382</b>	<b>428.977</b>

2011

<u>Descrição</u>	<b>Plano de</b>		<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Assistência Médica</b>		
Valor presente da obrigação no início do ano	533.340	307.917	841.257	742.838
Custo de juros sobre a obrigação	60.001	34.641	94.642	77.998
Custo de serviço passado não reconhecido	16.140	-	16.140	47.687
Custo do serviço corrente	1.838	10.212	12.050	10.363
Benefícios pagos no exercício	(36.650)	(8.256)	(44.906)	(43.055)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	17.598	12.778	30.376	5.426
<b>Obrigação total no exercício de 2011</b>	<b>592.267</b>	<b>357.292</b>	<b>949.559</b>	<b>841.257</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Juros sobre os ativos do plano	(37.499)	(736)	(38.235)	(32.955)
Contribuição dos participantes	(3.235)	-	(3.235)	(2.901)
Contribuição da patrocinadora	(15.719)	(7.457)	(23.176)	(20.197)
Benefícios pagos no exercício	36.650	8.256	44.906	43.055
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	5.945	730	6.675	(13.016)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(347.187)</b>	<b>(5.753)</b>	<b>(352.940)</b>	<b>(339.875)</b>
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>245.080</b>	<b>351.539</b>	<b>596.619</b>	<b>501.382</b>

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano e da obrigação atuarial de 2009, 2010 e 2011:

2009

<u>Ativos do Plano</u>	<b>Plano de Aposentadoria</b>
Ativo bruto em 31/12/2009	696.578
Exigível operacional	(3.250)
Exigível contingencial	(164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(280)
Fundo de investimentos	(1.055)
Fundo administrativo	(4.012)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>687.817</b>
Fundos individuais (CD)	(379.875)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2009</b>	<b>307.942</b>

## 2010

<b>Plano de Aposentadoria</b>	
<b>Ativos do Plano</b>	
Ativo bruto em 31/12/2010	751.324
Exigível operacional	(3.696)
Exigível contingencial	(3.164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(323)
Fundo de investimentos	(1.307)
Fundo administrativo	(801)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>742.033</b>
Fundos individuais (CD)	(408.705)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2010</b>	<b>333.329</b>

## 2011

<b>Plano de Aposentadoria</b>	
<b>Ativos do Plano</b>	
Ativo bruto em 31/12/2011	814.977
Exigível operacional	(3.829)
Exigível contingencial	(6.749)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(343)
Fundo de investimentos	(1.530)
Fundo administrativo	(597)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>801.929</b>
Fundos individuais (CD)	(454.742)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2011</b>	<b>347.187</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2009, 2010 e 2011:

## 2009

### Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	10,50% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,50% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,44% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,28% ao ano

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

## 2010

### Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,46% ao ano
Inflação	5,25% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,04% ao ano

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

## 2011

### Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano
Inflação	5,50% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	8,65% ao ano

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados para os exercícios de 2009, 2010 e 2011:

## 2009

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.325	(a) 2.846
Idade Média	39,5	46,9
Tempo de Serviço Médio	11,8	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.341,60	-
Folha Mensal	R\$14.810.620	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.657	(b) 4.443
Idade Média	61,7	52,5
Benefício Médio Mensal	R\$1.227	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	480	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	50,1	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$822,80	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

## 2010

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.434	(a) 2.731
Idade Média	40,0	47,7
Tempo de Serviço Médio	12,2	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.718,39	-
Folha Mensal	R\$17.490.121,26	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.683	(b) 4.471
Idade Média	62,3	53,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.306,92	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	493	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	51,3	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$865,28	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

2011

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.481	(a) 2.718
Idade Média	40,8	48,7
Tempo de Serviço Médio	12,9	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$2.926,72	-
Folha Mensal	R\$18.968.072,32	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.685	(b) 4.387
Idade Média	63,0	55,1
Benefício Médio Mensal	R\$1.400,93	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	515	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	53,0	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$906,20	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica dos exercícios de 2009, 2010 e 2011:

2009

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	3.157	75,52
19 a 23 anos	1.157	108,41
24 a 28 anos	118	111,88
29 a 33 anos	222	129,60
34 a 38 anos	459	133,76
39 a 43 anos	1.150	176,98
44 a 48 anos	1.598	182,63
49 a 53 anos	1.677	243,08
54 a 58 anos	1.485	250,86
59 anos ou mais	2.089	267,13

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

## 2010

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	2.836	78,00
19 a 23 anos	1.120	111,98
24 a 28 anos	94	116,68
29 a 33 anos	194	133,86
34 a 38 anos	364	139,50
39 a 43 anos	1.001	182,80
44 a 48 anos	1.552	190,47
49 a 53 anos	1.628	251,08
54 a 58 anos	1.555	261,62
59 anos ou mais	2.295	281,15

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

## 2011

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	2.593	81,12
19 a 23 anos	1.085	116,46
24 a 28 anos	76	122,51
29 a 33 anos	175	139,21
34 a 38 anos	301	146,47
39 a 43 anos	867	190,11
44 a 48 anos	1.457	199,99
49 a 53 anos	1.619	261,12
54 a 58 anos	1.593	274,70
59 anos ou mais	2.568	297,89

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela acima, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercícios de 2009, 2010 e 2011:

## 2009

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2009</b>
Custo do Serviço Corrente	1.579	7.465	9.044
Custo dos Juros	44.562	24.470	69.032
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(29.715)	(514)	(30.229)
Contribuições dos Empregados	(2.634)	-	(2.634)
<b>Despesas Previstas para 2009</b>	<b>13.792</b>	<b>31.421</b>	<b>45.213</b>

## 2010

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2010</b>
Custo do Serviço Corrente	1.440	8.923	10.363
Custo dos Juros	49.911	17.387	67.298
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(32.334)	(621)	(32.955)
Contribuições dos Empregados	(2.901)	-	(2.901)
<b>Totais</b>	<b>16.116</b>	<b>25.689</b>	<b>41.805</b>

## 2011

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2011</b>
Custo do Serviço Corrente	1.838	10.212	12.050
Custo dos Juros	60.001	34.641	94.642
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(37.499)	(736)	(38.235)
Contribuições dos Empregados	(3.235)	-	(3.235)
<b>Totais</b>	<b>21.105</b>	<b>44.117</b>	<b>65.222</b>

## CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP - Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Essas questões, normalmente, quando decididas

desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 31 de dezembro de 2011, estão orçadas em R\$419,4 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

#### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

*Disponibilidades:* os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades, aproximam-se de seus valores de mercado.

*Aplicações Financeiras:* o saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

*Depósitos Vinculados:* Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água - ANA no valor de R\$5.196 (R\$5.200 em 2010); reserva de recursos financeiros no valor de R\$30.779 (R\$28.219 em 2010), que servirá como garantia adicional ao pagamento de pelo menos 3 parcelas vincendas do principal e juros das debêntures, bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$7.884 (R\$7.187 em 2010), e R\$7.932 (R\$6.022 em 2010).

*Contas a Receber:* os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela

SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Janeiro a dezembro de 2011</b>
Saldos no Início do Exercício	(1.977)
Ajuste a Valor Presente	283
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>(1.694)</b>

*Contas a Pagar:* as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 27 (vinte e sete) dias.

*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:* são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2011, estão relacionados aos investimentos no ativo intangível e imobilizado.

Sobre as debêntures existem cláusulas contratuais restritivas relativamente aos seguintes índices: índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,5; margem EBITDA maior ou igual a 35%; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Adicionalmente a Companhia obriga-se a manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma reserva de recursos financeiros em valor suficiente para pagamento das 03 próximas parcelas vincendas, de todas as séries, incluindo os valores relativos ao pagamento dos juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2011, essa conta reserva apresentava saldo de R\$30.779 (R\$28.219 em 2010), registrado em Depósitos

Vinculados no Ativo Não Circulante. A Sanepar não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na conta reserva, exceto para o pagamento dos juros e/ou amortização das debêntures.

Para as debêntures existe ainda, cláusula de garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada, cujo valor médio mensal, até 31/12/2011, não poderá ser inferior a R\$27.790.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures.

*Outras Contas:* segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de dezembro de 2011. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 9,5 milhões de pessoas com água tratada e 6,0 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

*Risco de Crédito:* praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

*Risco de Concessão:* os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

*Derivativos:* a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

**10.6 Com relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**10.6.a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

De acordo com a metodologia desenvolvida e utilizada por nossa organização, nos baseamos na compreensão do ambiente de controle da Companhia e procuramos concluir se, de modo geral, seus controles internos são capazes de:

- criar um ambiente que reage de tal forma que minimiza os riscos da Companhia (controles preventivos);
- detectar erros, de forma tempestiva, que já podem ter ocorrido (controles detectivos);
- evitar erros no sistema de contabilidade ou no sistema de informações (controles gerais ou de ambiente).

Nesse processo de coleta de informações, encontramos algumas deficiências de controles que estão descritas no item seguinte junto às nossas recomendações de melhorias. Tais deficiências podem envolver a ausência de atividades de controle ou a ineficácia das atividades atualmente adotadas.

Entendemos que o acompanhamento constante das melhorias desenvolvidas pela Companhia é um fator essencial no desenvolvimento de nosso trabalho. Através desse acompanhamento constatamos que algumas recomendações encaminhadas em trabalhos anteriores ainda não haviam sido implementadas, razão pela qual elas foram mantidas neste relatório, sendo apresentadas separadamente das sugestões detectadas nos trabalhos referentes ao último exercício social.

#### **10.6.b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

Os auditores independentes emitiram o relatório de recomendação, para apreciação da Administração da Companhia como parte integrante do processo contínuo de atualização e melhoria dos procedimentos e controles existentes

A seguir relacionamos as recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial:

#### **A. ASPECTOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS**

##### **A.1. ASSUNTOS RECORRENTES**

##### **A.1.1. REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO E MANUAL**

###### *Descrição*

Efetuamos análise por amostragem dos procedimentos de registro de ponto dos colaboradores da Companhia, existem dois meios para registrar a frequência: cartão eletrônico que 95% dos colaboradores utilizam e o mesmo são automaticamente inseridos no sistema Fator Rh/web, e o cartão manual que é utilizada pelas unidades que possuem o número de funcionários inferior a 20 pessoas ou unidades com difícil acesso de ponto de rede.

O Fator RH/web reconhece todas as horas trabalhadas incluindo as extraordinárias, faltas e atrasos. Já no SGRH, o sistema reconhece automaticamente as horas normais de cada colaborador e sua escala, no entanto, as horas-extras, faltas e atrasos precisam ser registrados manualmente mediante justificativa e aprovação da gerencia da unidade.

Se não ocorrer nenhum lançamento no sistema, o mesmo entende que o colaborador não tem nenhum atraso, nenhuma hora-extra e

nenhuma falta. Não existem controles para assegurar que as horas trabalhadas nas unidades, que utilizam os cartões manuais, são processadas corretamente.

#### *Sugestão*

Diante do exposto, sugerimos que a Companhia adote procedimentos que eliminem a realização do formato de registro de cartão manual, evitando com isso possíveis contingências trabalhistas advindas de marcação irregular da jornada de trabalho de seus colaboradores.

#### *Comentários da Administração*

1 - Atualmente o sistema de frequência utilizado é o Fator RH/Web. Esclarecemos que a USRH - Unidade de Serviço Recursos Humanos não utiliza o SGRH para frequência.

Para resolver a questão do registro do ponto Manual, a USRH através da área de informática desenvolveu sistema informatizado SANERH - módulo de frequência que contemplará a questão do ponto eletrônico para empregados com horário padrão e em escala. Neste momento esta em fase de implantação o horário padrão e a partir de abril os horários em escalas.

2 - Para os empregados com registro de ponto manual e mecânico, a Sanepar estará efetuando levantamento e estudo.

#### A.1.2. PAGAMENTOS REEMBOLSÁVEIS

##### *Descrição*

Constatamos que existem pagamentos reembolsáveis de longa data que são valores pagos pela Sanepar a terceiros e funcionários, passíveis de reembolso a companhia. Os créditos são junto ao governo (Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Alçada, Secr. Est.Cultura e Funasa), junto as prefeituras (Campo Largo, Cerro Azul, Almirante Tamandaré, Ponta Grossa, Curitiba, Toledo, Irati, Castro, Imbituva, Ortigueira, Reserva e Londrina), junto a Funasa, junto aos outros créditos (GETZ Comunicação, Com. E Imp. Rota do Sol, Nordesclor, Cosantel, URBS, Funasa Convenio Itaperuçu, Sid. Engenheiros Est. Pr - SENGE e Hexis Científica) e créditos junto aos empregados que significa pagamentos a maior e desconto em folha.

### *Sugestão*

Para eliminar os pagamentos relativos à conciliação dessa natureza, sugerimos que a Administração efetue a baixa desses itens, bem como identifique situações análogas buscando a sua regularização.

*Follow-up (evolução do assunto - 31.12.2011)*

Realizamos revisão nos procedimentos junto ao departamento financeiro, relativo ao assunto mencionado acima, a Companhia está realizando cobranças junto aos os órgãos citados, porém a rubrica continua com saldo em aberto o qual sugerimos baixa dos montantes.

### *Comentários da Administração*

A partir do segundo semestre de 2011 a área financeira e contábil, envidaram esforços no intuito de cobrança ou elaboração de processos para baixa dos referidos créditos. Abaixo comentamos as medidas adotadas e retorno ou encaminhamento de algumas pendências.

Com relação a cobrança das Notas de Débitos das Prefeituras Municipais obteve-se até o momento os seguintes resultados: das Prefeituras de Almirante Tamandaré, Toledo e Campo Largo ainda não houve retorno das nossas regionais. A Prefeitura de Foz do Iguaçu quitou seu débito. A Prefeitura de Cerro Azul respondeu em ofício do dia 22/02/12 que desconhece a cobrança, no entanto, foi enviada novamente documentação comprovando o recebimento por meio de protocolo nas Notas de Débito. O processo de cobrança dos créditos da Prefeitura de Ponta Grossa encontrasse com a Unidade de Recursos Humanos, que esta tomando medidas cabíveis de cobrança ou baixa em função da resposta em cota na Certidão 038/2012 da Prefeitura de que o eventual direito encontra-se prescrito.

Com relação saldos de Encontros de Contas com Prefeituras Municipais, relatamos as seguintes situações:

Os créditos da Prefeitura de Irati e Ibituva são recentes e realizados regularmente, o saldo da Prefeitura de Reserva encontra-se quitado.

Os valores das Prefeituras de Castro, Ortigueira, e Londrina, estão sem movimentação desde 2009, solicitaremos às unidades regionais providenciarem a recuperação dos créditos, caso contrário, será efetuado processo de baixa.

Os créditos das demais entidades e empresas, apresentam as seguintes posições:

Em resposta a cobrança a Funasa em Ofício datado de 04/11/2011, não vê amparo legal para efetuar o reembolso, fato já relatado em 2004, o processo foi encaminhado para a Unidade de Recursos Humanos tomar as medidas cabíveis.

Quanto aos valores da Assembléia Legislativa, está tramitando processo para cobrança ou aprovação de baixa pela Diretoria Plena, após parecer jurídico foi enviado para Unidade de Serviços Recursos Humanos, análise e juntada de documentação para subsidiar o parecer e decisão. O processo encontrasse em fase final na área jurídica.

Os créditos junto ao Tribunal de Contas estão em negociação para pagamento.

Parte dos valores das obras de água e esgoto executadas em Itaperuçu, que conforme previsto em Convênio são reembolsados pela Funasa, ainda não foram liberados.

Os créditos da URBS são recentes e estão sendo reembolsados regularmente conforme previsto em contrato, e referem-se a obras de adequação executadas pela Sanepar na Loja de Atendimento aos Clientes da Rua da Cidadania da Praça Rui Barbosa.

O valor do Senge refere-se a repasse a maior, regularizado no mês de novembro/2011.

O valor da Hexis Científica registrado contabilmente no mês de Dezembro/2011, refere-se a material devolvido para empresa, no mês de Janeiro/2012 novo material foi reenviado, desta vez atendendo as especificações da Sanepar, o valor foi baixado.

Os créditos registrados a longa data relativos a folha de pagamento, são de empregados afastados, portando com possibilidade de cobrança, por ocasião do retorno ao trabalho.

## A.2. ASSUNTOS A SEREM ANALISADOS

### A.2.1. MANUAL DE PROCEDIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

#### *Descrição*

O RH não possui manual de procedimentos, embora, esteja em andamento um projeto para implantação de procedimentos internos.

#### *Sugestão*

Visando pela funcionalidade nas atividades da área e de entendimentos de todos, se faz necessário a implantação de manual de procedimento.

#### *Comentários da Administração*

A USRH - Unidade de Serviço de Recursos Humanos, possui no sistema do fatorweb o menu "manuais" o manual de rotinas trabalhistas e de cargos e salários, que define os procedimentos internos da área de recursos humanos, contendo orientações sobre o fluxo da documentação, e no cumprimento das normas e disposições legais.

Este manual será mantido e implementado também no novo sistema SANERH.

### A.2.2. LIBERAÇÕES DE ACESSO DE SISTEMA

#### *Descrição*

Para a liberação de acesso, todo gestor do sistema de segurança da área envolvida, por exemplo - Administração de pessoal, libera quais as áreas que cada colaborador do setor terá acesso. Para que o colaborador se torne gestor do sistema, o coordenador da área de Administração de pessoal deve formalizar a autorização via e-mail para a USTI - Unidade de Serviço de Tecnologia da Informação, a inclusão de determinado colaborador como gestor da área. Os gestores podem a qualquer tempo realizar a liberação ou bloqueio de acesso dos colaboradores de suas áreas, inclusive suas próprias liberações, sem passar por autorização do coordenador da área de Administração de pessoal.

#### *Sugestão*

Visando por maior controle quanto aos acessos liberados pelos gestores das áreas, sugerimos que o coordenador da área de

administração de pessoal realizasse a autorização da inclusão de qualquer acesso.

#### *Comentários da Administração*

O processo de liberação de acesso do sistema fatorweb é centralizado, isto significa dizer que o gestor de todo o sistema, no caso a Administração de Pessoal, é a responsável em efetuar liberações ou cancelamentos de acessos solicitados pelos Gerentes das Unidades, uma vez que estas Unidades tem por atribuição lançamento ou consulta de dados relativos a seus empregados. Esta solicitação ocorre através do sistema onde na intranet é solicitada a liberação pelo Gerente e enviado ao gestor do sistema.

No sistema de recursos humanos (SaneRH) que está sendo desenvolvido, permitirá que o processo seja descentralizado, ou seja, o gestor do sistema (folha de pagamento, concurso, cargos e salários, treinamento, segurança, medicina, etc) serão os responsáveis pelas liberações.

Para contemplar o controle de acesso, a USRH deu início a implementação do Termo de Confidencialidade. A primeira etapa já contempla a assinatura do referido termo de forma genérica para os novos contratados. A segunda etapa, em estudo para implantação a partir de agosto, contemplará os demais empregados.

#### A.2.3. FOLHA DE SITUAÇÃO E ESTATÍSTICA - FSE

##### *Descrição*

A Folha de Situação e Estatística - FSE contém a planta da obra, relação das ligações e o consumo estimado. A equipe do Projeto Hidrosanitário -PHS efetua estudo da FSE, a campo analisa a obra e o acompanhamento do projeto. Quando a construtora finaliza o projeto, o responsável da equipe de PHS emite uma "Carta de Liberação", válida por 2 anos. Após a conclusão da obra, são realizadas as instalações definitivas e realizada a fiscalização para a liberação final, através de uma FSE contemplando a conclusão da obra autorizada por um engenheiro civil da Sanepar. Em alguns casos, a construtora termina a obra, no entanto, não faz a FSE final, permanecendo no local a estrutura primária da ligação da água. Sendo assim, em condomínios residenciais e construções comerciais, ocorre o mau funcionamento da rede, falta de água, entre outros problemas em consequência da super ou subdimensionamento da ligação.

### *Sugestão*

Sugerimos que a área de Projetos Hidrosanitários criasse um código diferenciado para os clientes em fase de projetos e obras em andamento para controle no SGC (Sistema de Gerenciamento Comercial) e que após 02 anos do período estimado para conclusão do projeto, se a empresa empreiteira responsável pela obra não efetuar a FSE final, a mesma será punida com corte de abastecimento.

### *Comentários da Administração*

Ao processo que corresponde a gestão da UR Clientes Especiais, (haja vista que o âmbito de atuação da URCE é de Curitiba e Região metropolitana), informamos que já estamos tomando as providências cabíveis especificamente para a melhoria na gestão deste processo, quais sejam:

Criar controle dos PHS's aprovados e liberados para a execução das ligações definitivas de água e esgoto, através de planilhas em Access;

Criar a gestão para o controle no processo de comunicação aos empreendedores/construtoras, referentes a disponibilidade das liberações definitivas de água e esgoto para a comercialização. Uma vez criado o controle de comunicação, o banco de dados gerará relatórios mensais, informando pendência das ligações comercializadas (S/N) e se foram executadas (S/N). Os empreendimentos identificados que estejam pendentes de comercialização e execução das ligações definitivas, sofrerão visita técnica in loco;

Criar a gestão no processo junto aos empreendedores e/ou clientes definitivos(\*) que já foram comunicados da disponibilidade das ligações definitivas de água e esgoto. Este processo visa comercializar as ligações definitivas de água/esgoto, que dependendo do estágio construtivo, pode ser com o empreendedor ou cliente final(\*).

Criar o processo nos casos de insucesso na comercialização das ligações definitivas de água e esgoto, compulsoriamente executar as ligações novas pela própria Sanepar e lançar em conta futura os valores inerentes aos serviços executados.

Diante da criação na gestão dos processos, nas diversas etapas do empreendimento, não somos favoráveis a princípio, como está sugerindo a auditoria externa, que se execute a interrupção do abastecimento na ligação de água no caso de insucesso de comercialização, pois as atividades serão

proativas e haverá sempre uma solução, mesmo que compulsórias.

\*Cliente Definitivo: São os clientes usuários finais, a quem a edificação foi destinada após a conclusão da obra. Estes clientes finais podem ser edifícios residenciais, comerciais, Entidades não-governamentais, órgãos públicos ou indústrias .

#### A.2.4. ARRECADAÇÃO BOCA DE CAIXA

##### *Descrição*

A arrecadação através da boca de caixa, embora seja um processo seguro e confiável, às vezes apresenta contas cujo leitor óptico interpretou as informações incorretamente, gerando problemas com a baixa de pagamento, trazendo como consequência uma conta pendente. Esse problema tem como provável causa contas emitidas com falhas no código de barras ou o cliente danificou o código de barras, ou ainda, falha na digitação dos comandos ou numeração correspondente à tradução do código de barras.

##### *Sugestão*

Sugerimos que a área comercial realize um controle rigoroso quanto à emissão da fatura para que não haja código de barras com falhas, gerando assim inadimplência.

##### *Comentários da Administração*

A Sanepar estará substituindo até agosto/2012 os equipamentos de leitura e emissão de contas. Os atuais equipamentos da Dataprom modelo DP-36 serão substituídos por coletores Motorola e impressoras Zebra, aumentando a qualidade de impressão e conseqüentemente de maior captura/ leitura dos códigos de barras. Destacamos também que cada Unidade Regional possui um técnico responsável pela manutenção preventiva das impressoras.

Caso ocorram problemas na conta (falha no código de barras) um sistema de consistência da arrecadação, realizado diariamente pelas Unidades Regionais, apontam as divergências e são regularizadas de forma descentralizada, sendo os relatórios de controle gerenciados pela Unidade de Serviço de Comunicação e Marketing - USCM.

## A.2.5. CONCILIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO PARA BAIXA CONTÁBIL

### *Descrição*

As UR- Unidades Regionais procedem às baixas e encaminham os depósitos a USCM - Unidade de Serviço Comercial e Marketing por meio de remessas, para conciliação e regularização para a baixa contábil. Porém a conciliação é realizada de forma manual, onde um profissional da área da USCM lança o valor que está no canhoto da remessa no sistema fazendo assim o zeramento da contas, logo após os canhotos são enviados para conferência e arquivo da Área Financeira.

### *Sugestão*

Sugerimos que o processo de conciliação fosse realizado via sistema para mitigar o erro de digitação minimizando o erro e retrabalho de conferências para a atividade.

### *Comentários da Administração*

Para conciliação dos valores arrecadados pelos agentes conveniados e o respectivo repasse, a Sanepar utiliza o STB - Sistema de Transferência Bancária.

Os valores arrecadados são repassados à Sanepar no 2º dia útil após o recebimento via DAB - Débito Automatizado Bancário. Caso não ocorra o repasse por insuficiência de fundos, ou quaisquer outros motivos, a Unidade Regional é acionada para realização da cobrança.

Após realização do depósito pelo agente arrecadador, com aplicação de multa e juros, a Unidade Regional realiza o lançamento no STB e envia o comprovante de depósito para Área Financeira. Caso ocorram 03 faltas de repasse de valores o agente arrecadador poderá ter o contrato rescindido.

Buscando agilizar e melhorar o processo estamos verificando a possibilidade de reenvio do arquivo para uma nova tentativa de débito bancário de forma automatizada, antes de repassar à Unidade Regional para cobrança junto ao agente arrecadador.

## **B. AMBIENTE DE INFORMÁTICA (USTI)**

### **B.1. ASSUNTOS A SEREM ANALISADOS**

#### **B.1.1. PERFIS DE ACESSO DOS USUÁRIOS NO SISTEMA DE GESTÃO E REVISÕES**

### *Descrição*

Observamos que não há procedimento formal de revisão periódico dos perfis de acessos dos sistemas SFI- Sistema Financeiro, SCG - Sistema Comercial, SAM - Materiais/estoque, SGP - Sistema Gestão Patrimonial, FATOR - Recursos Humanos e para o ambiente de REDE.

Adicionalmente verificamos que as áreas gestoras dos aplicativos realizam revisões eventualmente, porém somente recebemos as evidências de revisão para o sistema FATORH.

### *Sugestão*

Sugerimos que seja aprimorado e que tenha evidências de revisões periódicas no acesso de todos para cada sistema citado acima.

### *Comentários da Administração*

A SANEPAR deverá estudar um procedimento para integrar informações de empregados e perfis de acessos aos sistemas garantindo que os processos de revisão pelos respectivos gestores sejam realizados com geração de evidências conforme sugerido.

### **B.1.2. ESTABELECEER PROCEDIMENTOS PARA MONITORAMENTO DOS ACESSOS E DAS TRANSAÇÕES CRÍTICAS AO NEGÓCIO**

### *Descrição*

Não identificamos procedimento para monitoramento formal e periódico dos arquivos de log com os registros de acessos aos recursos de TI, tampouco a geração do log de transações críticas.

A não geração de arquivos de log e a ausência de procedimentos para monitoração destes arquivos dificultam a identificação de acessos indevidos e alterações não usuais / autorizadas, realizados de forma acidental ou não, podendo resultar em prejuízos operacionais, financeiros e de imagem.

### *Sugestão*

Sugerimos que seja mantido registro dos acessos aos recursos de TI e execuções de transações críticas por meio de log e trilha de auditoria. Recomendamos ainda que seja elaborado procedimento formal para a análise desses registros, determinando responsabilidades, periodicidades e controles

que comprovem a execução. As exceções devem ser reportadas aos responsáveis, objetivando garantir a integridade e confidencialidade das informações.

#### *Comentários da Administração*

Está no previsto no planejamento de 2012 a contratação de soluções para contemplar as recomendações desta auditoria quanto ao monitoramento e auditoria em bancos de dados.

#### B.1.3. DIVULGAR POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

##### *Descrição*

Observamos que a Companhia não possui uma Política de Segurança da Informação. Entretanto, existe um normativo (PF/INF/0007-006), o qual estabelece diretrizes para a criação, liberação e exclusão de chaves de acesso aos sistemas da SANEPAR e possui os seguintes tópicos:

- Criação de novas chaves de acesso
- Solicitação de criação, alteração ou exclusão
- Padrão das chaves
- Regras de senhas (autenticação)

Verificamos que não há um termo de responsabilidade conscientizando os colaboradores sobre as responsabilidades de suas funções no acesso a dados e programas.

##### *Sugestão*

Recomendamos a formalização da ciência dos colaboradores e partes externas relevantes quanto à política de segurança da informação e aprimorar a comunicação quanto a sua publicação.

#### *Comentários da Administração*

Está em andamento, em conjunto com a Unidade de Serviço de Recursos Humanos - USRH e validação da área Jurídica, a implementação de um Termo de Confidencialidade que deverá ser recebido, lido e assinado pelos empregados da Sanepar.

#### B.1.4. APROVAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS E AQUISIÇÃO DE APLICATIVOS DE TERCEIROS

##### *Descrição*

Não existe uma metodologia formal e definida que estabeleça normas e procedimentos para as atividades relacionadas aos

projetos de desenvolvimentos de sistema e ou aquisição de sistemas de terceiros na SANEPAR.

#### *Sugestão*

Recomendamos que seja criada normas e procedimentos para a atividade e que tenha documentação de aprovação de projetos em desenvolvimentos de sistemas e principalmente para aquisições de aplicativos e terceiros.

#### *Comentários da Administração*

A SANEPAR não dispõe de um comitê de mudanças, as definições, testes e homologações e autorização para implantação são aprovadas pelos gestores dos sistemas, e atualmente registradas no DMS - solicitação de desenvolvimento e manutenção de sistemas, implementando a partir de nov/2011.

### B.1.5. CONVERSÕES DE DADOS

#### *Descrição*

As conversões de dados não são devidamente registradas e monitoradas. Em 2011, identificamos uma atividade de conversão de dados no sistema SAM (Materiais) que não possui formalização de testes de conversão.

#### *Sugestão*

Recomendamos que todas as conversões sejam registradas e com evidências de monitoramento.

#### *Comentários da Administração*

As equipes de desenvolvimento de sistemas passaram a adotar o sistema DMS - Sistema de Desenvolvimento e Manutenção de Software - que permite o controle formal das solicitações dos usuários, bem como a realização e acompanhamento dos testes dos sistemas.

### B.1.6. TESTES PERIÓDICOS NAS MÍDIAS DE BACKUP

#### *Descrição*

São realizados testes periódicos nas mídias de backup, que permitem avaliar a integridade das informações sensíveis.

Verificamos que não são realizados testes periódicos nas mídias de backup, que permitem avaliar a integridade das informações sensíveis contidas nas mídias.

#### *Sugestão*

Recomendamos que seja realizado teste nas mídias de backup a fim de obter integridade nas informações contidas nas mídias.

#### *Comentários da Administração*

Não existe um procedimento específico para teste, pois mensalmente existem mais de 15 (quinze) solicitações de restore, o que já serve como teste das mídias.

#### **B.1.7. IMPLANTAR CONTROLES AMBIENTAIS NA GUARDA DOS SERVIDORES**

Identificamos fragilidades nos controles físicos e ambientais em visita ao local onde estão hospedados os servidores da SANEPAR, a citar:

- Inexistência de controle de temperatura /umidade;
- Fragilidades no sistema de detecção e combate de incêndio, agravada pela guarda de materiais inflamáveis como caixas de papelão, sacos plásticos e cadeiras com revestimentos de tecido inflamável, não condizentes com a operação;

A ausência de controles ambientais aumenta o risco de descontinuidade ou indisponibilidade definitiva das atividades que dependam dos recursos de informática, com possibilidade de comprometimento das demonstrações financeiras.

#### *Sugestão*

Recomendamos a SANEPAR adequar o ambiente para guarda dos servidores que suportam os processos significativos da Companhia com o intuito de aprimorar os controles ambientais e proteger os recursos de processamento eletrônico de dados.

#### *Comentários da Administração*

A área de TI desde julho de 2009 tem planejado a implantação de sala de segurança que atenda as necessidades apontadas, subsidiada por relatório de análise de riscos e vulnerabilidade. Este investimento está contemplado no plano

de investimentos de infraestrutura da empresa para o período de 2012 a 2014.

#### B.1.8. REGISTROS COM PROBLEMAS NA ÁREA DE TI

Observamos existe uma ferramenta para registro dos problemas e incidentes ocorridos na área, porém não são registrados todos os incidentes, sendo que estes somente são registrados quando o usuário cria o chamado (quando o problema é identificado por TI ou o usuário liga para o suporte para informar o erro, não há registro) e não há possibilidade de destacar o nível de prioridade e atendimento.

##### *Sugestão*

Recomendamos que todos os problemas reportados a área de TI, sejam registrados para controle de área assim objetivando a correta priorização e atendimento.

##### Comentários da Administração

Para efetivo registro dos incidentes e problemas é necessário uma ferramenta adequada para efetuar tais registros e fornecer a análise gerencial dos problemas identificados em TI. Desta forma, a contratação de ferramentas adequadas de Service Desk e também de monitoramento estão previstas no Planejamento da USTI.

#### B.1.9. PERMISSÕES DE ACESSOS DOS USUÁRIOS NO AMBIENTE DE REDE

No Sistema SGC - Sistema Gerenciamento Comercial o acesso dos usuários é definido por níveis, não há procedimento formal para revisão periódica dos níveis de acessos, esta revisão é feita eventualmente pelo gestor.

Sistema SAM - Sistema Materiais/Estoque não possui acesso definido por grupos ou perfis.

Verificamos que os controles são descentralizados entre as áreas de gestores de cada aplicativo, onde cada sistema possui sua característica e as avaliações de perfis de acesso não são formalizadas e efetuadas por uma área centralizada.

##### *Sugestão*

Sugerimos que seja formalizado os perfis de acesso de cada área para maior controle no processo.

## Comentários da Administração

Tal como descrito no item B.1.1. a SANEPAR estará implementando procedimentos para a revisão periódica dos níveis de acesso.

### B.1.10 ARMAZENAMENTO DE CÓPIAS DE SEGURANÇA

Observamos que, para os backup semanais e mensais mainframe são geradas duas cópias. Uma é armazenada em um cofre na sala da Coordenadora de Suporte Técnico e Produção e a outra no próprio CPD e as mídias para os sistemas de baixa plataforma são armazenadas em um cofre na sala do Coordenador de administração de redes.

Para ambos os ambientes, os backups diários são guardados no mesmo ambiente em que a sala de servidores é localizada.

Concluimos que há fragilidades no controle de armazenamento das cópias de segurança, sendo que as cópias diárias são armazenadas no mesmo lugar onde ocorre o processamento de dados.

#### *Sugestão*

Recomendamos que as cópias de seguranças diárias fossem armazenadas em ambiente diferente a que foi gerado os dados, mantendo assim a integridade das informações.

## Comentários da Administração

As cópias e mídias de backup diárias serão armazenadas em local segregado do ambiente de processamento de dados de produção.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**10.7.a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:**

Um dos marcos financeiros de 2011 foi a emissão de R\$ 395,2 milhões de debêntures não conversíveis em ações pela Sanepar, debêntures essas que foram totalmente subscritas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela BNDESPar, o braço de participações do banco. Esse valor, e mais R\$ 69,6 milhões de recursos próprios, farão parte dos investimentos da empresa nas obras de ampliação da rede de

água e esgoto da empresa até 2014. O objetivo da Sanepar é manter o atendimento de 100% da população urbana com água tratada e aumentar a taxa de cobertura de esgotamento sanitário de 63,2% para 72% até 2014.

Os recursos obtidos serão investidos na substituição e assentamento de novas redes para distribuição de água tratada em 99 cidades. No sistema de esgoto serão implantados 1,2 mil quilômetros de redes coletoras e feitas 65 mil novas ligações prediais em 49 municípios.

**10.7.b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:**

Informamos que não houve desvios na aplicação dos recursos.

**10.7.c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:**

Não se aplica.

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor;**

Informamos que inexistem itens irrelevantes e relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Sanepar.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

Conforme a resposta do item 10.9, não se aplica à Sanepar.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**10.10.a. investimentos:**

**10.10.a.i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Em 2009, focada no compromisso de universalizar o acesso ao saneamento básico, a Sanepar direcionou sua política de investimentos para obras de expansão e disseminação da estrutura de coleta e tratamento de esgoto e de manutenção dos serviços de distribuição de água. Com esses

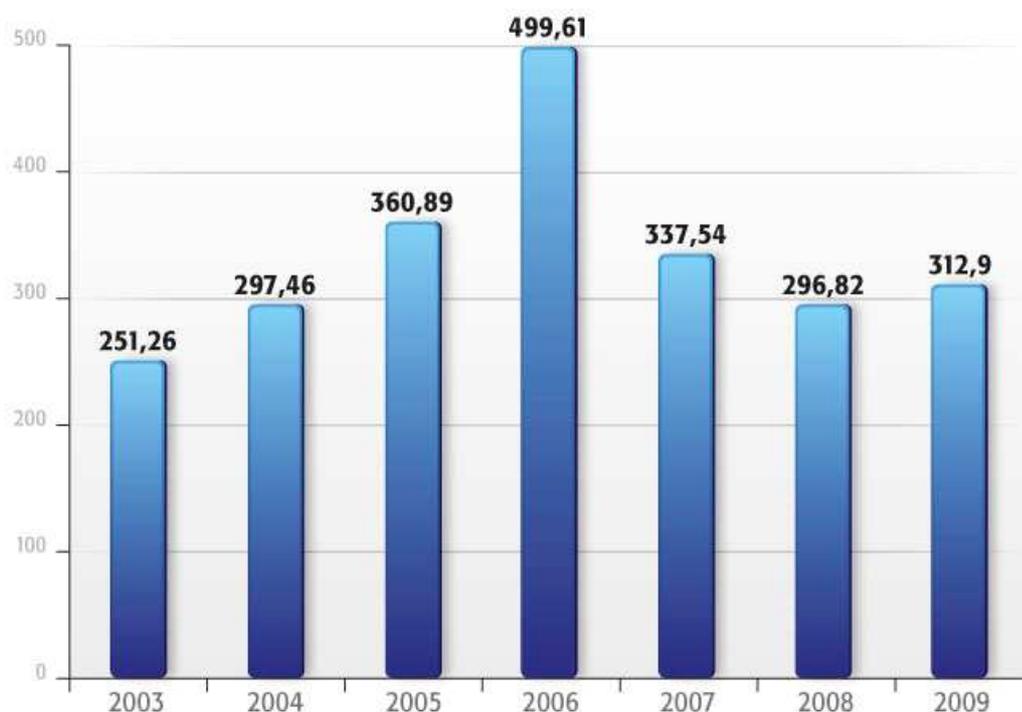
investimentos, a Companhia inaugurou empreendimentos importantes para garantir a ampliação da oferta de serviços e contribuir para o desenvolvimento das regiões atendidas pela Sanepar.

Além da implantação de novas estruturas, também foram realizadas melhorias nos sistemas da empresa que contribuíram para reduzir as perdas e os custos, otimizando os processos operacionais e impactando diretamente nos resultados da Companhia.

Apenas no ano de 2009 foram investidos R\$ 312,9 milhões em implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto. Pouco mais de 34% desse total, ou R\$ 108,6 milhões, foram destinados para investimentos na estrutura de tratamento e distribuição de água, garantindo o pleno atendimento de 9 milhões de pessoas. Os investimentos permitiram, em 2009, a instalação de 67.938 novas ligações de água conectadas à rede de distribuição com mais de 41 mil quilômetros.

#### ■ Evolução dos investimentos

Em R\$ milhões



Entre as obras para ampliação do sistema de abastecimento de água destaca-se a intervenção no sistema produtor de água na Estação de Tratamento de Pitangui/Alagados, em Ponta Grossa, com a implantação de um módulo de clarificação com capacidade nominal de 750 litros por segundo. A readequação da ETA foi

feita com base em tecnologia francesa específica para tratamento de água de represa com constante presença de algas, como é o Alagados. Em toda a América do Sul, Ponta Grossa será a única cidade a fazer uso dessa tecnologia no tratamento da água para abastecimento público. Com um investimento de R\$ 9,8 milhões, essa obra beneficia mais de 314 mil pessoas.

Outra obra de melhoria no sistema de abastecimento de água que atenderá 320 mil pessoas é a ampliação do sistema Passaúna, em Curitiba. Cerca de R\$ 300 mil foram investidos na obra, que envolve a implantação de novos barriletes na elevatória e adutora que permitirá o transporte de 800 litros por segundo para a região de Campo Comprido, Santa Felicidade e São Brás.

Ainda na região de Curitiba, foram iniciadas em 2009 as obras de revitalização e otimização das unidades operacionais do Corte Branco e Portão, construídas na década de 60, responsáveis por 40% da água distribuída no sistema. A rede de distribuição desses setores será modernizada e terá as pressões reduzidas em média 20 mca (metro de coluna d'água), beneficiando diretamente uma população de 120 mil habitantes. O investimento para essa obra supera R\$ 1,2 milhão.

Em Rolândia, a ampliação do sistema de abastecimento de água recebeu um investimento de R\$ 5,8 milhões, com a implantação de uma nova captação superficial no Rio Jaú, elevatória, adutora e redes de distribuição. A obra concluída em 2009 resolveu o problema crônico de desabastecimento no município, atingindo uma população de 53,9 mil pessoas.

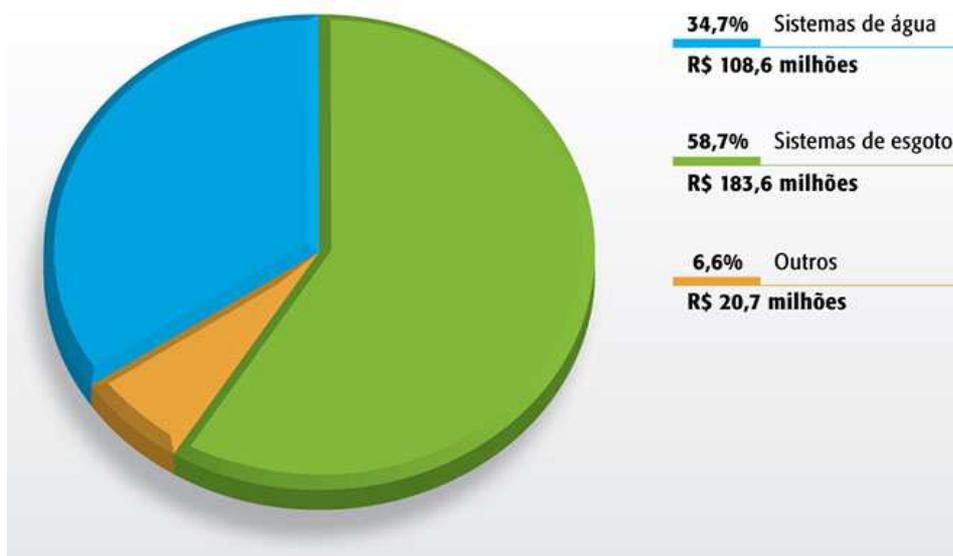
Outra obra que contribuiu para resolver problemas de desabastecimento foi a ampliação do sistema de água de Jacarezinho. Os investimentos de R\$ 948 mil viabilizaram a implantação de reservatório, adutora e redes de distribuição. Com essa revitalização, 32,4 mil pessoas foram beneficiadas. Também em 2009 foi iniciada a reabilitação do sistema de abastecimento de água de Castro, com o objetivo de reduzir os índices de perdas e otimizar a operação, assegurando o abastecimento contínuo da região. O investimento de R\$ 1,74 milhão irá atender 7.220 pessoas.

Também foram construídos 50 poços em todo o Estado em 2009. Os novos poços possuem potencial de produção de 578 litros por segundo de água de qualidade. No total, 231 mil paranaenses serão beneficiados com essas obras.

## **Esgotamento sanitário**

Com o objetivo de ampliar o índice de atendimento com esgoto sanitário, levando mais qualidade de vida e bem-estar aos paranaenses, a Sanepar concentrou a maior parte de seus investimentos em 2009 em melhorias e expansão de sistemas de coleta e tratamento de esgoto em diversas regiões do Estado.

#### **Distribuição dos investimentos 2009**



Pouco mais de 58% dos investimentos da Companhia em 2009 foi destinado à área de esgoto sanitário, um total de R\$ 183,6 milhões. Os recursos possibilitaram à Sanepar atingir a meta histórica de atender 60% da população urbana do Paraná com os serviços de coleta e de tratamento de esgoto. Esse índice está bem acima da média nacional, que é de 51%, segundo levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em todo o Estado, 90.445 novas ligações foram acrescentadas ao sistema, o que representa 324 mil pessoas incluídas na rede de atendimento da Sanepar. No total, o serviço de esgotamento sanitário atende 5,4 milhões de paranaenses por meio de uma rede de 22 mil quilômetros que concentra quase 1,3 milhão de ligações.

Em 2009 foi concluída a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Maringá, com a execução de 45 mil metros de rede coletora e interceptores. O investimento de R\$ 4,1 milhões teve como objetivo despoluir esses corpos d'água, propiciando ao município um ganho de qualidade nos aspectos de saúde e

respeito ao meio ambiente. Mais de 56 mil pessoas foram beneficiadas com a ampliação.

Outra obra concluída foi a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em Curitiba. A obra recebeu recursos de R\$ 1 milhão para a implantação da elevatória Ponta Grossa. Abrangendo os bairros a montante do Parque Lago Azul, no bairro Ganchinho, a obra atendeu 49 mil pessoas. Também em Curitiba foi iniciada a eliminação de pontos de lançamento de esgoto na bacia do Rio Belém. Já em Fazenda Rio Grande, a Sanepar deu início à ampliação do sistema de esgotamento sanitário com a implantação do coletor Mascate, que permitirá receber esgoto de mais de 4.250 ligações prediais. A obra irá beneficiar 17 mil habitantes da região.

Em Campo Largo, R\$ 7,6 milhões foram investidos na implantação de travessia junto à barragem do Passaúna, além de 60 mil metros de rede coletora, interceptores, elevatórias e 2.532 ligações prediais. Essa ampliação irá beneficiar cerca de 10 mil pessoas. Outras obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Castro e Paraíso do Norte tiveram início para promover melhorias na qualidade de vida das pessoas da região.

Já em Guarapuava, recursos de R\$ 11,2 milhões viabilizaram o início da ampliação do sistema de esgoto com a implantação da Estação de Tratamento de Efluentes Vassoural. Apenas com essa melhoria, 89 mil pessoas terão acesso ao tratamento de esgoto.

### **Obras do PAC**

No ano de 2009 a Sanepar executou obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Saneamento) em todas as regiões do Paraná. Os recursos para ampliar o sistema de água e esgoto em diversas cidades superaram o montante de R\$ 860 milhões. No ano de 2009 foram concluídas pelo PAC obras que beneficiaram as cidades de Ponta Grossa, Guaratuba, Loanda, Paiçandu, Mamborê e Rondon. A mais expressiva foi a de Ponta Grossa, de abastecimento de água, com um investimento de quase R\$ 10 milhões.

A Sanepar deu continuidade em 2010 aos investimentos focados na expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário. Com obras e empreendimentos inaugurados em diferentes regiões do estado, a Companhia garantiu maior abrangência a suas operações, colaborando para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Ao todo

R\$ 397,2 milhões foram investidos no ano de 2010, valor 26,9% superior aos R\$ 312,9 milhões registrados no ano anterior.



Do total investido, 61,4% foram destinados a obras para melhoria e expansão do sistema de esgotamento sanitário. Somados aos investimentos realizados nos últimos anos, esses recursos permitiram elevar para 62% o índice de atendimento à população urbana do Paraná com serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Esse índice é o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e coloca o Paraná em destaque no cenário brasileiro, pois a média nacional é de 51%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Entre as obras para ampliação do sistema de esgotamento sanitário destaca-se a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vassoural, em Guarapuava, uma das maiores cidades da região Centro-Oeste do Paraná, com 167,4 mil habitantes. Projetada para acompanhar o crescimento populacional do município pelos próximos 30 anos, a ETE permitirá elevar para 80% o índice mínimo de coleta de esgoto, que será 100% tratado.

A ETE Vassoural começou a ser construída em julho de 2009, com investimentos próprios da Sanepar, do governo do estado e do governo federal. Ao todo foram investidos R\$ 14 milhões na obra, composta por laboratório, desarenador, caixa de areia, três reatores anaeróbios - cada um com capacidade de tratamento de 80 litros de esgoto por segundo -, filtro

biológico, decantador, seis leitos de secagem de lodo, casa de centrífuga e pátio de cura, além do sistema de desidratação e inertização de lodo de esgoto.

A 70 quilômetros de Guarapuava, no município de Candoí, a Sanepar inaugurou outra ETE, beneficiando 8,8 mil pessoas. A obra recebeu investimentos da ordem de R\$ 2,3 milhões e atende a 27% da população do município com coleta e tratamento de esgoto.

Outras regiões do estado também se beneficiaram com os investimentos realizados pela Sanepar na área de esgotamento sanitário. Em Maringá, R\$ 3,5 milhões foram aplicados na implantação de 31 mil metros de redes e 1,5 mil ligações prediais. Essas obras contribuíram para que o índice de atendimento à população urbana da cidade alcançasse a marca de 96%, a maior do estado e uma das maiores do país.

No Sudoeste do Paraná a Sanepar inaugurou a Estação de Tratamento de Esgoto Sarandi, no município de Realeza. Resultado de um investimento de R\$ 4,3 milhões, a nova ETE tem capacidade para tratar 25 litros de esgoto por segundo. Além da estação, foram implantados 1,8 mil metros de interceptores e 50,7 mil metros de redes coletoras. A obra permitiu integrar ao sistema mais 2.050 ligações, beneficiando os moradores dos bairros Nossa Senhora Aparecida, João Paulo II, Padre Josimo e Centro.

Em Rolândia, no Norte do estado, a Sanepar iniciou a implantação de 61 quilômetros de rede coletora, uma obra que exigiu investimentos de R\$ 13,3 milhões. Assim mais 4,3 mil famílias da cidade passam a ter o esgoto de suas residências coletado e tratado, elevando o índice de atendimento para 65% da população do município.



### Transtorno Mínimo

Em todas as obras que realiza a Sanepar se empenha para causar o menor transtorno possível à população e ao meio ambiente. Exemplo disso foi uma obra iniciada no mês de novembro em Curitiba. A implantação da rede de esgoto na Avenida Getulio Vargas, uma das mais movimentadas da capital, exigiu a adoção de tecnologias e processos diferenciados a fim de não atrapalhar o trânsito de veículos e pedestres.

Suspensa por um guindaste, a tubulação foi inserida em um túnel de 70 centímetros de diâmetro, ao longo de 350 metros. A implantação dos tubos sem a abertura de valetas faz parte da solução encontrada pela Sanepar para corrigir problemas encontrados na rede coletora de esgoto. Enterrada a 8,5 metros de profundidade, a nova rede exigiu investimentos de R\$ 725 mil e contribuirá para a despoluição da Bacia do Rio Água Verde.

### Água

Em 2010 cerca de R\$ 118,9 milhões foram investidos pela Sanepar em implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água que contribuíram para manter em 100% o índice de atendimento à população urbana das áreas onde a Companhia atua.

Em Ponta Grossa 6 mil metros de tubulação foram implantados para reforçar a rede de distribuição de água tratada em regiões que registraram grande aumento demográfico nos últimos anos, abrangendo 21 bairros. A obra demandou R\$ 1,4

milhão em investimentos e beneficiou aproximadamente 133 mil pessoas.

Na cidade de Londrina os investimentos no sistema integrado Londrina/Cambé chegaram a R\$ 6,3 milhões. Para reforçar o abastecimento de água no município foram implantados 60,1 quilômetros de anéis de distribuição, três válvulas controladoras de pressão, 11 travessias e duas interligações em reservatórios de água já existentes. As obras beneficiaram cerca de 610 mil pessoas.

A população de Apucarana também foi beneficiada pelas melhorias no sistema de abastecimento de água realizadas pela Sanepar em 2010. Com R\$ 1,3 milhão em investimentos as obras reforçaram o processo de tratamento, incluindo a construção de reservatório de equalização, estações elevatórias, casa de centrífuga, dosadoras de polieletrólito e outros equipamentos, além de uma elevatória de lodo adensado.

### **Obras do PAC**

A Sanepar deu continuidade à execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - Saneamento) em diversas regiões do Paraná. Os investimentos provenientes do PAC totalizaram R\$ 166 milhões em 2010. Ao longo do ano foram concluídas obras do PAC que beneficiaram os habitantes de Cerro Azul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Tunas do Paraná, Umuarama, Santo Antônio do Sudoeste, Ponta Grossa e Guarapuava, onde foi inaugurado o empreendimento mais expressivo do ano: a ETE Vassoural, que contou com R\$ 12,4 milhões em recursos do PAC.

### **Avanços**

O ano de 2010 também foi marcado por um importante avanço na relação entre a Sanepar e as empreiteiras responsáveis pela execução de suas obras. A Companhia desenvolveu um estudo sobre a aplicação da BDI - Bonificação de Despesas Indiretas, fator de custo que tem por finalidade remunerar as despesas não apresentadas previamente no orçamento da obra. Como resultado desse trabalho a Sanepar passou a extratificar a BDI conforme o porte da obra. Aliado a uma nova tabela de preços, esse processo contribuiu para resolver um dos maiores gargalos na relação com fornecedores e atrair novos parceiros.

## **Suporte Administrativo**

Além das obras que levam mais saúde e qualidade de vida aos paranaenses, a Sanepar investe continuamente na melhoria de sua infraestrutura administrativa, o que resulta em qualidade no atendimento aos usuários. Entre os principais investimentos de 2010 estão a atualização dos sistemas de Tecnologia de Comunicação e Informação da Companhia, com a substituição de computadores e a implantação de um novo Centro de Processamento de Dados (CPD).

Com investimentos da ordem de R\$ 10 milhões, o novo CPD ampliará em 50% a capacidade de processamento de informações da Sanepar, garantindo maior segurança aos sistemas. Em paralelo à modernização das máquinas, a Companhia investe na utilização de softwares livres e no desenvolvimento de sistemas próprios para gerenciar suas atividades.

Para manter e ampliar seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em 2011 a Sanepar investiu R\$ 354,2 milhões. No total, 203 cidades receberam esses recursos. Em 63 houve a conclusão de 97 obras e em outras 140 localidades existem 241 projetos em andamento. Olhando à frente, mais 114 obras em 76 municípios tiveram os processos de licitação abertos. Os investimentos foram feitos na modernização e readequação das estações de tratamento de água e esgoto, necessárias para atender ao aumento da demanda por água tratada em todas as regiões do Estado e para preparar a rede de esgotamento sanitário para o expressivo crescimento da cobertura que acontecerá nos próximos anos.

Um plano plurianual de investimentos foi desenhado para atender as necessidades de água, esgoto e resíduos sólidos mais prementes do Estado do Paraná. Esse plano será o norte a ser seguido pela empresa nos próximos anos e estão previstos investimentos de R\$ 2 bilhões até 2014.

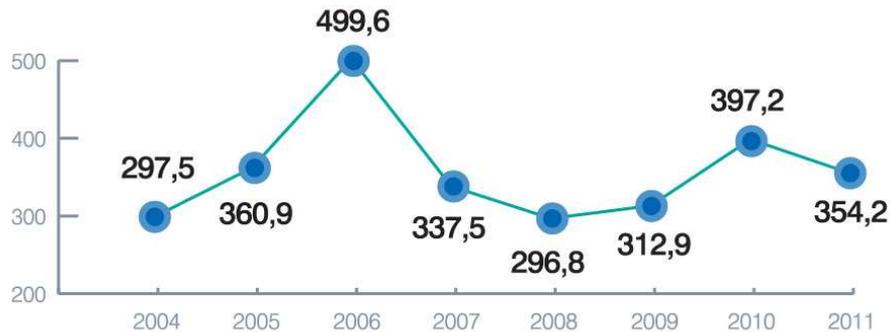
As cidades com menos de 50 mil habitantes também serão contempladas com obras da Sanepar. Em dezembro, projetos da empresa garantiram recursos de R\$ 260 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, para ampliação e instalação de redes de água e esgoto em pequenos municípios paranaenses.

---

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

---

Em R\$ milhões

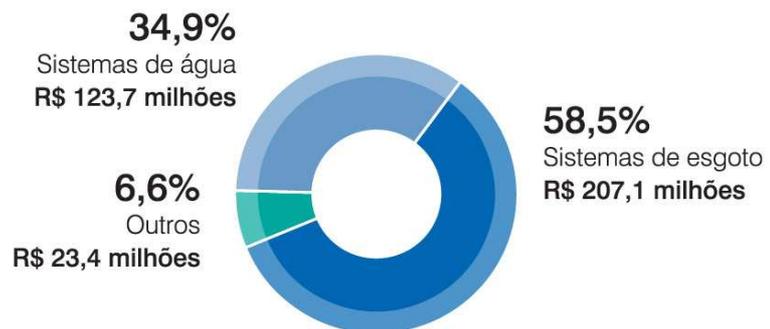


---

## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

---

Em 2011



### **Força-tarefa multiplica em cinco vezes investimento em projetos**

Em 2011, a Sanepar fortaleceu a estrutura da Diretoria de Investimentos, responsável por elaborar projetos e obras da Companhia. Um dos principais trabalhos realizados foi a organização de todos os processos da diretoria, com um ajuste nos indicadores de avaliação que permitissem a todos os envolvidos ter metas claras a serem alcançadas.

O primeiro marco da Diretoria foi a criação de uma força-tarefa com profissionais para acelerar o desenvolvimento e a readequação de projetos e o andamento de obras em todo o Paraná. O resultado foi que a Sanepar licitou quase R\$ 25 milhões em projetos em 2011, número cinco vezes maior que o registrado em 2010. Esse trabalho garante a perspectiva de novos investimentos da Companhia, a redução dos prazos de

implantação e uma melhor gestão sobre a execução das obras, o que acelerará o atendimento à demanda reprimida.

O trabalho também manterá o fluxo de recursos para a Sanepar, pois os financiamentos para obras de saneamento só podem ser contratados mediante a apresentação de projetos executivos. O volume de investimentos e obras executadas também resultou em maior concorrência nas licitações em 2011, atraindo empresas de outros estados.

Outra iniciativa foi a Chamada Pública para avaliar estudos, projetos e oportunidades de negócios na área de saneamento. O objetivo da Chamada Pública é atrair ideias e projetos que possam contribuir com o compromisso da Sanepar de universalizar o saneamento. Os melhores projetos serão selecionados por técnicos da Sanepar e poderão ter a empresa como parceira.

### **300 mil pessoas beneficiadas com melhorias na rede em Curitiba**

Em 2011 a Sanepar investiu R\$ 4,7 milhões em obras para a instalação de novos equipamentos na rede de distribuição de água na região Leste de Curitiba. Novas válvulas de manobra e novos macromedidores beneficiaram 21 bairros da capital, que somam uma população estimada de 300 mil pessoas, para tornar mais eficiente o abastecimento e diminuir os riscos de falta de água.

### **Nova tecnologia garante abastecimento em Londrina**

Na Região de Londrina, a Sanepar investiu R\$ 15 milhões para construir dois novos poços que retiram água do Aquífero Guarani. São os dois maiores poços da empresa. Juntos, produzem 17,3 milhões de litros de água por dia, o que aumentou em 10% a produção em Londrina, para 207 milhões de litros de água por dia. A água é captada a mil metros de profundidade e passa por uma inédita tecnologia de resfriamento, após sair do poço a uma temperatura de 50° C. A obra incluiu a implantação de 9,2 quilômetros de tubulações para interligar os poços, que margeiam o Ribeirão Jacutinga, com os centros de reservação Semíramis, Vivi Xavier e Norte, e a construção de unidade de tratamento para correção de pH, desinfecção e resfriamento da água.

Ainda em Londrina, mais 7.294 imóveis puderam se conectar à rede coletora de esgoto da cidade. Com isso, a cidade chega ao final de 2011 com um índice de cobertura de rede de esgotamento sanitário acima dos 90%. Foram investidos R\$ 27,2

milhões em obras de ampliação da rede e na implantação de estações elevatórias e da Estação de Tratamento Esperança.

#### **Mandaguari tem estação de tratamento de esgoto ampliada**

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Mandaguari foi ampliada e reformada em 2011, um investimento de aproximadamente R\$ 2,8 milhões, recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além da reforma e implantação de novas unidades na ETE, também foram construídos um coletor final de esgoto para envio à unidade de tratamento, com 259 metros de extensão, travessia aérea sobre o Ribeirão Tabatinga, rede coletora e 914 ligações de esgoto no Jardim Progresso, beneficiando aproximadamente cinco mil pessoas.

#### **Sudoeste do Paraná tem abastecimento de água melhorado**

A melhoria do sistema de abastecimento de água em Pato Branco recebeu investimentos de R\$ 266 mil. As obras, que beneficiaram os cerca de 18 mil moradores da Região Sul da cidade, incluíram o assentamento de 1,3 mil metros de rede, o que aumentou em 46% o volume e a vazão de água para a região, que sofria com a interrupção ocasional do fornecimento de água quando o consumo ultrapassava a demanda média.

Nas cidades próximas a Pato Branco, a Sanepar investiu na melhoria do atendimento à população. Em São João, um reforço na tubulação que leva água do rio Capivara à Estação de Tratamento de Água (ETA) permitiu a produção de mais 10 mil litros por hora, um investimento de R\$ 265,9 mil que beneficiou cerca de 2 mil habitantes da cidade. No município de Clevelândia, começou a funcionar em fevereiro um novo poço, aumentando a produção de água na cidade em 50 mil litros por hora. Para interligar o poço à ETA foram construídos 5,3 mil metros de rede. O investimento foi de cerca de R\$ 1 milhão e beneficiou mais de 15 mil habitantes.

#### **Rede de abastecimento de Maringá é renovada**

Em fevereiro foi concluída a troca de 128 mil metros da antiga rede de abastecimento de água de ferro fundido por nova tubulação em PVC, um investimento de R\$ 5,87 milhões.

Além disso, também foram substituídas e padronizadas mais de 10 mil ligações prediais na cidade. A mudança permitiu a

melhoria no sistema de distribuição de água na cidade, com menos perdas para a empresa e menor necessidade de manutenção, além de aumentar a pressão da água distribuída nas regiões beneficiadas. Também foram investidos R\$ 1,73 milhão para reforçar o abastecimento de água de 30 bairros da Região Norte da cidade, com a implantação de 10 mil metros de redes e anéis de distribuição.

### **Obras de ampliação em Foz do Iguaçu entregues antes do prazo**

As obras de ampliação da rede coletora de esgoto na região de Três Lagoas, em Foz do Iguaçu, foram entregues um ano antes do prazo previsto, em novembro de 2011. Foram assentados 37,2 quilômetros de tubulação para coletar o esgoto de sete bairros da região de Três Lagoas, em Foz do Iguaçu e transportá-lo até a Estação de Tratamento de Esgoto Três Lagoas, onde o efluente é tratado.

### **Apucarana recebe ampliação da rede de esgoto**

Em agosto, mais 20.500 moradores de Apucarana passaram a contar com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. O benefício é resultado de investimentos de R\$ 10 milhões feitos na implantação de 113 km de rede de esgoto, 2,6 km de linha de recalque, 2,9 km de emissários e 7,8 km de interceptores, além da construção da Estação Elevatória de Esgoto Raposa. E no fim de 2011 entraram em funcionamento dois novos poços na cidade:

- o Country, com produção de 56 mil litros por hora, para atender cerca de quatro mil moradores dos bairros Jardim Aclimação, Flores, São Pedro e Morada do Sol;
- o poço Rafael Sorphile, com produção de 90 mil litros por hora, para abastecer seis mil moradores dos Jardins Ponta Grossa, Planalto e Alvorada.

Também foram implantados 19 km de nova tubulação em calçadas para substituir 11 km da rede atual, de ferro fundido. Nessas obras foram investidos em torno de R\$ 1 milhão.

### **Novas obras em Toledo**

Foi concluída em 2011 a implantação de 5,2 mil metros de novas tubulações nas regiões dos bairros São Francisco, I e II, Panorama, Belo Horizonte, Kromam, Loteamento das Torres e Cezar Parque, em Toledo, no Oeste do Paraná, um investimento de R\$ 407 mil.

### **Novos reservatórios garantem abastecimento no Extremo Oeste**

A Sanepar investiu cerca de R\$ 1,4 milhão na ampliação dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Medianeira, Missal e Serranópolis do Iguaçu. Em Medianeira, o sistema ganhará reforço de 15% na capacidade de produção de água com a instalação de um poço tubular profundo e a implantação de 1.810 metros de adutora para transporte da água a ser tratada. Já em Serranópolis do Iguaçu, município vizinho de Medianeira, o sistema de abastecimento contará com a instalação do novo reservatório e com a execução de 1.347 metros de rede de distribuição de água. A capacidade de reservação de água será ampliada em 30% e permitirá o abastecimento para os loteamentos e para o Distrito Industrial que estão sendo implantados na cidade. Em Missal, a instalação de mais um poço vai permitir aumentar a produção diária que hoje é, em média, de 1.000 m<sup>3</sup>/dia para 1.360 m<sup>3</sup>/dia. Esta produção deve ser suficiente para os próximos cinco anos. Além do poço, estão sendo executados mais 2,2 quilômetros de adutora.

### **Guaraniaçu tem água garantida para os próximos 10 anos**

Em junho foram concluídas as obras de interligação e iniciado o funcionamento de um novo poço que vai garantir pelos próximos 10 anos o abastecimento de água em Guaraniaçu, município de 15.000 habitantes na região Oeste do Paraná. O poço tem capacidade para produzir mais de 1,4 milhão de litros de água por dia, e recebeu investimentos de R\$ 1,02 milhão na sua construção.

### **Ampliada rede de esgoto em Arapoti**

A cidade de Arapoti recebeu investimentos de R\$ 3,3 milhões na ampliação e melhoria dos sistemas de água e de esgoto. Entre as principais obras estiveram a execução da estação elevatória de esgoto, 1.464 ligações domiciliares, implantação de 28 quilômetros de rede coletora e 1.300 metros de linha de recalque. O projeto de ampliação do sistema também exigiu a implantação de cinco travessias - duas sobre o Arroio Burrinho, duas sobre o Arroio Lajeado e uma sob a rodovia Governador Parigot de Souza.

### **Novo poço aumenta abastecimento em Cascavel**

Em outubro entrou em operação mais um poço para ampliar a produção de água tratada de Cascavel. A unidade está instalada no Bairro Cancelli e produz em média 180 mil litros de água por hora. Agora, este poço integra o sistema de

abastecimento da cidade, que conta com três mananciais superficiais e mais 12 poços para atender 100% da área urbana da cidade. O investimento total no poço foi de R\$ 1,4 milhão.

**10.10.a.ii. Fontes de financiamentos**

Banco do Brasil;  
Caixa Econômica Federal;  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;  
Banestado/Itaú (Repasse BID II);  
Japan Bank for International Cooperation (JBIC);  
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

**10.10.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

Não aplicável

**10.10.b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Não aplicável

**10.10.c. Novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável

**10.10.c.i Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:**

Não aplicável

**10.10.c.ii Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não aplicável

**10.10.c.iii Projetos em desenvolvimento já divulgados:**

Não aplicável

10.10.c.iv Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável

10.10. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Informamos que não possuímos conhecimentos de outros fatores que poderiam influenciar de maneira relevante o desempenho operacional da Sanepar, senão aqueles que já foram comentados anteriormente.

**ITEM 12 - PROPOSTA SOBRE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL**

**MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL**

**NOME:** LUIZ EDUARDO SEBASTIANI

**PROFISSÃO:** ECONOMISTA

**CPF:** 353.542.759-20

**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 1.913.921-2

**CARGO:** MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012

**DATA DA POSSE:** 25/04/2012

**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013

**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou

superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

- ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

#### DADOS PESSOAIS:

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

Brasileiro, casado, economista.

**Data de nascimento:** 24/09/1960

**Filiação:** Sylvio Sebastiani e Clory Pereira da Veiga Sebastiani

**Carteira de Identidade RG:** 1.913.921-2 - SSP/PR

**CPF:** 353.542.759-20

#### FORMAÇÃO

- Economista - Universidade Federal do Paraná;
- Mestrado em Teoria Econômica - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

#### EXPERIÊNCIAS

- Servidor Público Estadual - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - desde 1981;
- Professor no Curso de Ciências Sociais - PUC - PR;
- Professor convidado no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico do Departamento de Ciências Econômicas - UFPR
- Presidente do Conselho Regional de Economia - CORECON - PR;
- Representante do Paraná no Conselho Federal de Economia - CORECON, onde presidiu a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas;
- Diretor de Transportes da URBS - 2005;
- Presidente do Conselho de Administração da URBS - 2005 a 2010;
- Membro do Conselho de Administração da COHAB-CT;
- Secretário Municipal de Finanças - 2005 a 2010;
- Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná - atualmente;
- Membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** RICARDO VINICIUS CUMAN  
**PROFISSÃO:** ADVOGADO  
**CPF:** 037.479.799-47  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 8.297.941-7  
**CARGO:** MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

RICARDO VINICIUS CUMAN

Brasileiro, solteiro, advogado.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 8.297.941-7 - PR

**CPF:** 037.479.799-47

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Direito

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** IVENS MORETTI PACHECO  
**PROFISSÃO:** JORNALISTA  
**CPF:** 201.806.089-91  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 1.040.033-3  
**CARGO:** MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

IVENS MORETTI PACHECO

Brasileiro, casado, jornalista.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 1.040.033-3

**CPF:** 201.806.089-91

FORMAÇÃO:

- Jornalismo - Universidade Católica do Paraná - 1979

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Chefe do Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1986 a 1987;
- Chefe da Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1986 a 1987;
- Chefe da Assessoria de Imprensa da Secretaria dos Transportes do Paraná;
- Diretor Geral da Secretaria de Comunicação Social do Estado do Paraná;
- Assessor da Casa Civil do Estado do Paraná;
- Diretor de Operações da Curitiba S/A., da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Superintendente da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Superintendente da Secretaria de Governo - 2005 a 2010;
- Diretor Presidente do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - a partir de 2011;
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

**PROFISSÃO:** CONTADOR

**CPF:** 813.975.696-20

**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 4.019.574 - MG

**CARGO:** MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012

**DATA DA POSSE:** 25/04/2012

**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013

**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Sanepar no período de 04/2005 a 04/2007;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Sanepar no período de 04/2007 a 04/2012;

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA MINORITÁRIO

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

Brasileiro, casado, contador.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 4.019.574 - MG

**CPF:** 813.975.696-20

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Ciências Contábeis

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Supervisor na Bronaço Produtos Siderúrgicos Ltda., - 07/1993 a 02/1994;
- Gerente de Setor no Carrefour Com. e Ind. Ltda., - 03/1994 a 03/1995;
- Contador na A.R.G. Ltda., 05/1995 a 10/1996;
- Perito Contábil - 08/1996 a 09/1997;
- Gerente Administrativo Financeiro da Visoconsult Engenharia Ltda. - 10/1997 a 07/1998;
- Gerente de Controle da Andrade e Gutierrez S/A. - desde 07/1998;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - 04/2005 a 04/2007;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - a partir de 04/2007;

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** JORGE SEBASTIÃO DE BEM  
**PROFISSÃO:** ECONOMISTA  
**CPF:** 230.961.289-87  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 792.702-9  
**CARGO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

JORGE SEBASTIÃO DE BEM  
Brasileiro, casado, economista.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 792.702-9 - PR

**CPF:** 353.542.759-20

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Economia

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS  
**PROFISSÃO:** ADVOGADO  
**CPF:** 040.922.379-44  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 6.833.755-0  
**CARGO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS  
Brasileiro, solteiro, advogado.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 6.833.755-0 - PR

**CPF:** 040.922.379-44

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Direito

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** JURACI BARBOSA SOBRINHO  
**PROFISSÃO:** ADVOGADO  
**CPF:** 021.576.909-97  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 1.034.066  
**CARGO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro efetivo do Conselho Fiscal no período de 14/04/1997 a 28/04/2002;
- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

JURACI BARBOSA SOBRINHO

Brasileiro, casado, advogado.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 1.034.066 - PR

**CPF:** 021.576.909-97

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Direito

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

**NOME:** JOSÉLIA CRISTINA NOGUEIRA DE ARAÚJO ALMEIDA  
**PROFISSÃO:** ECONOMISTA  
**CPF:** 245.170.461-68  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 969.729 SSP/DF  
**CARGO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL  
**DATA DE ELEIÇÃO:** 25/04/2012  
**DATA DA POSSE:** 25/04/2012  
**PRAZO DO MANDATO:** 24/04/2013  
**OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:**

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA MINORITÁRIO

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

JOSÉLIA CRISTINA NOGUEIRA ARAÚJO ALMEIDA

Brasileira, casada, economista.

**Data de nascimento:**

**Filiação:**

**Carteira de Identidade RG:** 969.729 SSP/DF

**CPF:** 245.170.461-68

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Economia

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

**Não aplicável**

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não aplicável**

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não aplicável**

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

**Não aplicável**

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Não aplicável**

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não aplicável**

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

**Não aplicável**

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Não aplicável**

b) Controlador direto ou indireto do emissor

**Não aplicável**

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Não aplicável**

### **ITEM 13. - Remuneração dos Administradores**

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, possui como administradores o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios, e por formular e expressar as políticas da Companhia.

O Conselho de Administração é composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Administração Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 4 (quatro) de seus membros. As atribuições do Conselho de Administração estão previstas no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

Composição do Conselho de Administração de 2011

Membros Efetivos

**FABIANO SAPORITI CAMPELO**

Presidente

**RENATO TORRES DE FARIA**

Vice-Presidente

**MICHELE CAPUTO NETO**

**ANTONIO AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO BASTO**

**LUIZ ANTONIO LEPREVOST**

**MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO**

**CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO**

**KEVIN MICHAEL ALTIT**

**HAMILTON APARECIDO GIMENES**

Membros Suplentes

**JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA**  
**LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA**  
**SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ**  
**LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES**  
**JULIO JACOB JUNIOR**  
**ARIELSON BITENCOURT**  
**ORLANDO AGULHAN JUNIOR**  
**JUAREZ BURIOL**  
**FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE**

### **Diretoria Executiva**

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

A Diretoria Executiva é constituída de 9 (nove) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Investimentos, Diretor de Operações, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, e Diretor Jurídico.

O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) diretores.

A Diretoria Executiva deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

As atribuições da Diretoria Executiva estão previstas no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia.

## Composição da Diretoria Executiva de 2011

### **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**

Diretor Presidente

### **DIRCEU WICHNIESKI**

Diretor Financeiro

### **JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR**

Diretor de Investimentos

### **PAULO ALBERTO DEDAVID**

Diretor de Operações

### **PÉRICLES SÓCRATES WEBER**

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

### **EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES**

Diretor de Relações com Investidores

### **ANTONIO HALLAGE**

Diretor Administrativo

### **ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI**

Diretor Comercial

### **FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI**

Diretor Jurídico

## **Conselho Fiscal**

A Companhia tem um Conselho Fiscal composto de (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, para o mandato de um ano podendo ser reeleito.

O Conselho Fiscal funciona permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidas em lei, (artigo 163 da Lei nº 6404/76).

## Composição do Conselho Fiscal de 2011

### Membros Efetivos

#### **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI**

Presidente

#### **RICARDO VINICIUS CUMAN**

#### **IVENS MORETTI PACHECO**

#### **NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS**

#### **MASSAO FÁBIO OYA**

Membros Suplentes

**JORGE SEBASTIÃO DE BEM**  
**SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS**  
**JURACI BARBOSA SOBRINHO**  
**JOZÉLIA CRISTINA DE NOGUEIRA DE ARAÚJO ALMEIDA**  
**JORGE MICHEL LEPELTIER**

**13.1 Descreve a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal:**

**13.1.a. Objetivos da política ou prática de remuneração para 2009, 2010 e 2011:**

A política de remuneração para os administradores da Companhia é remunerar os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, como contrapartida pelo empenho destes executivos, no fortalecimento de um moderno modelo de gestão, aliado a uma inovadora visão sistêmica empregada na administração dos serviços de saneamento oferecidos a população do Paraná, o que coloca a Companhia como empresa referência no setor de saneamento brasileiro.

De acordo com o Artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral de acionistas da Sanepar, fixa o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Conforme o parágrafo 3º do Artigo 12 do Estatuto Social da Sanepar - O montante global dos honorários do Conselho de Administração será determinado pela Assembléia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho

**13.1 b. Composição da remuneração para 2009:**

**Para o exercício de 2009:**

A Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2009, aprovou o montante global de provisão para a remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia

para o exercício de 2009, no valor de R\$ 4.940.018,48 (quatro milhões, novecentos e quarenta mil, dezoito reais e quarenta e oito centavos), com aplicação do índice de 6,25% (seis virgula vinte e cinco por cento) sobre o montante anterior.

A 5ª/2009 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 11 de maio de 2009, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2009 e fevereiro de 2010, termos seguintes:

**Diretoria:** para o Diretor Presidente foi fixado o valor mensal de R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), totalizando a remuneração de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais). Para os demais diretores foi fixado o valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), totalizando a remuneração mensal de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, excluído o Diretor Presidente, permanecerá sendo composta de duas parcelas, uma fixa, correspondente a 60% do montante mensal e outra variável, correspondente aos 40% restantes, proporcionais à efetiva participação de cada diretor nas reuniões de Diretoria (Redir) havidas no mês, conforme deliberado na reunião ordinária de 10/03/2008.

**Membros do Conselho de Administração:** o valor de R\$ 4.193,33 (quatro mil cento e noventa e três reais e trinta e três centavos), corresponde a um quinto do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base acrescida da verba de representação.

**Membros do Conselho Fiscal:** o valor de R\$ 1.747,77 (um mil setecentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos), corresponde a 10% (dez por cento) do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base, excluída a verba de representação.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Na 6ª/2009 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de junho de 2009, o presidente do Conselho de Administração propôs que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício corrente seja fixada em 10% (dez por cento) do que em média for atribuído aos Diretores acrescido da verba de representação, alterando-se a deliberação contida na 5ª/2009 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 11 de maio de 2009, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Informamos que na composição do Conselho de Administração da Companhia, há um membro titular e um membro suplente eleitos pelos empregados e estes conselheiros não possuem remuneração conforme o artigo 11 do anexo que integra o Decreto Estadual nº 6.343 de 20 de setembro de 1985. Os conselheiros eleitos pelos empregados são: Membro Titular - Hamilton Aparecido Gimenes e Membro Suplente - Francisco José Azevedo Freire.

#### **13.1 b. Composição da remuneração para 2010:**

##### **Para o exercício de 2010:**

A Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2010, aprovou o montante global de provisão para a remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia para o exercício de 2010, no valor de R\$ 5.175.657,36 (cinco milhões, cento e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos), com aplicação do índice de 4,77% (quatro virgula setenta e sete por cento) sobre o montante anterior.

A 5ª/2010 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2010, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2010 e fevereiro de 2011, nos termos seguintes:

**Diretoria:** para o Diretor Presidente foi fixado o valor mensal de R\$ 22.365,00 (vinte e dois mil e trezentos e sessenta e cinco reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 4.473,00 (quatro mil e quatrocentos e setenta e três reais), totalizando a remuneração de R\$ 26.838,00 (vinte e seis mil e oitocentos e trinta e oito reais). Para os demais diretores foi fixado o valor de R\$ 17.850,00 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta reais),

sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 3.570,00 (três mil e quinhentos e setenta reais), totalizando a remuneração mensal de R\$ 21.420,00 (vinte e um mil e quatrocentos e vinte reais).

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, excluído o Diretor Presidente, permanecerá sendo composta de duas parcelas, uma fixa, correspondente a 60% do montante mensal e outra variável, correspondente aos 40% restantes, proporcionais à efetiva participação de cada diretor nas reuniões de Diretoria (Redir) havidas no mês, conforme deliberado na reunião ordinária de 10/03/2008.

**Membros do Conselho de Administração:** o valor de R\$ 4.404,40 (quatro mil quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos), corresponde a um quinto do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base acrescida da verba de representação.

**Membros do Conselho Fiscal:** o valor de R\$ 2.202,20 (dois mil duzentos e dois reais e vinte centavos), corresponde a 10% (dez por cento) do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base, incluída a verba de representação.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Informamos que na composição do Conselho de Administração da Companhia, há um membro titular e um membro suplente eleitos pelos empregados e estes conselheiros não possuem remuneração conforme o artigo 11 do anexo que integra o Decreto Estadual nº 6.343 de 20 de setembro de 1985. Os conselheiros eleitos pelos empregados são: Membro Titular - Hamilton Aparecido Gimenes e Membro Suplente - Paulo Roberto Borges Berlim.

### **13.1 b. Composição da remuneração para 2011:**

#### **Para o exercício de 2011:**

A 5ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de maio de 2011, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2011 e fevereiro de 2012, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2011 à fevereiro de 2012, conforme consta da tabela de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes, anexado a esta ata e arquivado na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 47ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 5.925.981,41 (cinco milhões, novecentos e vinte cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

#### **13.1.b.i Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

##### Remuneração de Diretor:

**Descrição:** corresponde a remuneração base, aprovada em Assembléia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente para cada diretor;

**Objetivos:** Remunerar os serviços prestados.

##### Verba de representação:

**Descrição:** corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração de diretor, aprovada em Assembléia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente, para ser utilizada na representação da Companhia pelo diretor com executivos de outras entidades;

**Objetivos:** compensar o diretor com eventuais gastos representando a Companhia.

### 13º Salário:

**Descrição:** corresponde ao somatório da remuneração de diretor mais a verba de representação, paga anualmente, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo;

**Objetivo:** cumprimento da legislação trabalhista.

### Abono de férias:

**Descrição:** corresponde a eventual venda de 10 (dez) dias das férias, quando houver, conforme estabelece a CLT e p acordo coletivo, pago por ocasião das férias;

**Objetivo:** Cumprimento da legislação trabalhista.

### Gratificação de férias:

**Descrição:** corresponde a 1/3 do valor das férias, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo, paga por ocasião das férias;

**Objetivo:** Cumprimento da legislação trabalhista.

### Programa de Alimentação ao Trabalhador:

**Descrição:** Crédito recebido de forma indireta, por meio de cartão eletrônico, para ser utilizado exclusivamente para refeições ou aquisição de produtos alimentícios, este crédito é igual para todos os empregados da Companhia, conforme o acordo coletivo;

**Objetivo:** Suprir com a refeição o diretor da Companhia, assim como os demais empregados.

### Participação nos Resultados:

**Descrição:** Valor referente ao Plano de Participação nos resultados, conforme acordo coletivo, o critério de pagamento deste valor é igual para todos os empregados da Companhia;

**Objetivo:** Como forma de motivar os diretores e empregados, a Companhia distribui uma parcela do resultado gerado em cada exercício, conforme critérios definidos e firmados junto aos sindicatos.

#### Salário:

**Descrição:** Valor correspondente a remuneração de diretores empregados;

**Objetivo:** Remunerar os serviços prestados.

#### Férias Indenizadas:

**Descrição:** Valor indenizado que corresponde a remuneração de férias, paga quando o diretor é destituído, referente ao período aquisitivo de férias;

**Objetivo:** Cumprimento da legislação trabalhista.

#### Gratificação de Férias Indenizadas:

**Descrição:** Valor indenizado que corresponde a gratificação de férias, paga quando o diretor é destituído, incidente sobre as férias indenizadas;

**Objetivo:** Cumprimento da legislação trabalhista.

#### Indenização Compensatória:

**Descrição:** Indenização paga anualmente, prevista no acordo coletivo, o critério de pagamento desta indenização é igual para todos os empregados da Companhia;

**Objetivo:** indenização para compensar os empregados por perdas em exercícios anteriores.

#### Diárias:

**Descrição:** Corresponde ao valor gasto pelo diretor quando em viagem ao exterior.

**Objetivo:** Pagar as despesas que o diretor efetuou em viagem ao exterior representando a Companhia.

### **13.1 b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Os reajustes da remuneração dos Conselheiros de Administração, Diretoria Executiva e dos Conselheiros Fiscais, é anual de acordo com os índices aprovados pelo Conselho de Administração.

**13.1.b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração:**

A Companhia estabeleceu critérios de acordo com estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas do setor, bem como, para executivos de outras empresas do Estado do Paraná, conforme os preceitos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

**13.1 c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Não se aplica

**13.1 d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

Não se aplica

**13.1 e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:**

A Companhia entende que a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, motiva o empenho destes executivos no fortalecimento dos interesses da Sanepar, no desenvolvimento das políticas de gestão e na administração dos serviços de saneamento.

**13.1 f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:**

Na Sanepar não existe Conselheiro de Administração, Diretor Executivo e Conselheiro Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

**13.1 g Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:**

Na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar a remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do

Conselho Fiscal, não está baseada em indicadores e nem na ocorrência de evento societário.

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal:**

**13.2 a. Órgão**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**13.2 b. Número de Membros:**

O Conselho de Administração da Companhia é composto atualmente por 9 membros titulares e 9 membros suplentes.

**13.2 c Segregação da Remuneração:**

A remuneração dos conselheiros de administração é tão somente aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2009:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	27.709,59
FEVEREIRO	31.668,08
MARÇO	31.668,08
ABRIL	27.709,58
MAIO	37.068,94
JUNHO	31.449,98
JULHO	25.159,98
AGOSTO	31.449,98
SETEMBRO	33.546,64
OUTUBRO	29.353,32
NOVEMBRO	33.546,64
DEZEMBRO	26.557,73
<b>TOTAL</b>	<b>366.888,54</b>

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2010:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	25.159,98
FEVEREIRO	29.353,31
MARÇO	29.353,32
ABRIL	27.256,67
MAIO	38.084,61
JUNHO	33.033,00
JULHO	28.628,60
AGOSTO	33.033,00
SETEMBRO	28.628,60
OUTUBRO	30.830,80
NOVEMBRO	35.235,20
DEZEMBRO	30.830,80
<b>TOTAL</b>	<b>369.427,89</b>

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2011:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	33.033,00
FEVEREIRO	33.033,00
MARÇO	30.830,80
ABRIL	30.830,80
MAIO	52.368,40
JUNHO	40.725,00
JULHO	43.440,00
AGOSTO	40.725,00
SETEMBRO	43.440,00
OUTUBRO	38.010,00
NOVEMBRO	43.440,00
DEZEMBRO	38.010,00
<b>TOTAL</b>	<b>467.886,00</b>

**13.2 a. Órgão**

DIRETORIA EXECUTIVA

**13.2 b. Número de Membros:**

A Diretoria Executiva da Companhia é composta atualmente por 9 membros.

**13.2 c Segregação da Remuneração da Diretoria Executiva**

A Remuneração da Diretoria Executiva está segregada em remuneração de diretor e verba de representação, a verba de representação está fixada em 20% da remuneração de diretor.

Quatro dos membros da Diretoria Executiva são empregados de carreira da Sanepar e recebem salários, neste caso, a remuneração de diretor está diminuída do salário.

Dois membros da Diretoria Executiva anterior, nos exercícios de 2009 e 2010, recebiam rendimentos de outros órgãos do Estado, neste caso suas respectivas remunerações de diretor estão diminuídas dos valores recebidos dos órgãos de origem.

#### REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2009

MESES	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRES.	SALÁRIOS	PROG ALIM TRABALHAD	DIÁRIAS	GRAT.SUBS CHEFIA	ABONO DE FÉRIAS	GRATIF FÉRIAS	PARTICIP NOS RES	13º SALÁRIO	INDENIZ. COMPENS	SAL ÓRGÃO ORIGEM
JAN	118.788,57	27.014,14	13.194,18	4.704,30	-	-	44.718,72	48.444,79	0,00	0,00	0,00	5.405,92
FEV	132.161,92	29.688,81	13.194,18	4.704,30	-	3.049,13	7.436,19	8.055,79	0,00	0,00	0,00	5.405,92
MAR	132.161,92	29.688,81	13.194,18	4.704,30	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.405,92
ABR	132.161,92	29.688,81	13.194,18	4.704,30	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.405,92
MAI	161.712,20	31.400,00	13.194,18	4.704,30	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.844,67
JUN	145.686,63	31.400,00	6.597,09	4.704,30	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.175,17
JUL	151.412,07	31.400,00	-	4.704,30	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.887,93
AGO	151.412,07	31.400,00	-	5.164,38	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.887,93
SET	151.412,07	31.400,00	-	4.780,98	12.067,38	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.887,93
OUT	151.488,59	31.400,00	-	4.780,98	-	2.040,00	9.066,67	9.822,13	0,00	0,00	0,00	5.811,41
NOV	151.488,59	31.400,00	-	4.780,98	-	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.811,41
DEZ	151.488,59	31.400,00	-	4.780,98	-	-	18.133,34	19.644,26	13.280,00	172.688,59	149.166,67	5.811,41
<b>TOTAIS</b>	<b>1.731.375,14</b>	<b>367.280,57</b>	<b>72.567,99</b>	<b>57.218,40</b>	<b>12.067,38</b>	<b>6.109,13</b>	<b>79.354,92</b>	<b>85.966,97</b>	<b>13.280,00</b>	<b>172.688,59</b>	<b>149.166,67</b>	<b>68.741,54</b>

#### REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2010

MESES	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRES.	SALÁRIOS	PROG ALIM TRABALHAD	DIÁRIAS	GRAT.SUBS CHEFIA	ABONO DE FÉRIAS	GRATIF FÉRIAS	PARTICIP NOS RES	13º SALÁRIO	INDENIZ. COMPENS	SAL ÓRGÃO ORIGEM
JAN	151.488,59	31.400,01	-	4.832,10	-	-	37.146,22	40.241,34	-	-	-	5.811,41
FEV	151.488,59	31.400,01	-	4.780,98	-	-	7.870,93	8.526,76	-	-	-	5.811,41
MAR	151.488,59	31.400,01	-	5.022,44	-	1.530,00	-	4.533,32	-	5.100,00	-	5.811,41
ABR	151.488,59	29.906,68	-	5.677,70	-	-	-	-	-	-	-	5.841,91
MAI	176.396,10	32.970,00	-	5.020,02	1.282,47	-	-	-	-	8.925,00	-	6.166,90
JUN	151.726,70	31.304,00	8.975,46	5.577,80	-	-	-	38.079,91	-	-	-	5.996,78
JUL	158.723,19	31.635,10	16.185,34	6.092,84	-	-	-	124.208,72	16.635,42	10.558,73	17.699,63	4.632,04
AGO	149.088,83	33.033,00	16.223,38	5.230,82	-	-	-	-	-	18.800,02	-	2.824,92
SET	147.125,01	33.033,00	20.560,86	5.020,02	-	-	-	-	798,50	-	-	2.824,92
OUT	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	-	-	-	-	-	-	-	2.824,92
NOV	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	1.183,74	-	-	7.139,93	-	-	-	2.824,92
DEZ	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	-	-	18.849,23	10.597,67	-	171.154,26	128.227,83	2.824,92
<b>TOTAIS</b>	<b>1.830.389,22</b>	<b>385.180,81</b>	<b>111.901,07</b>	<b>62.314,78</b>	<b>2.466,21</b>	<b>1.530,00</b>	<b>63.866,38</b>	<b>233.327,65</b>	<b>17.433,92</b>	<b>214.538,01</b>	<b>145.927,46</b>	<b>54.196,46</b>

## REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2011

MESES	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRES.	SALÁRIOS	PROG ALIM TRABALHAD	DIÁRIAS	GRAT.SUBS CHEFIA	ABONO DE FÉRIAS	GRATIF FÉRIAS	PARTICIP NOS RES	13º SALÁRIO	INDENIZ. COMPENS
JAN	131.490,49	33.182,10	44.314,20	4.623,50	0,00	315,20	6.306,63	210.030,94	0,00	0,00	0,00
FEV	127.339,05	33.033,00	44.314,20	4.869,45	0,00	0,00	10.788,38	11.362,94	0,00	0,00	0,00
MAR	127.339,05	33.033,00	44.314,20	4.869,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABR	127.339,05	33.033,00	46.367,54	4.869,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAI	142.240,86	61.067,00	53.272,43	5.716,77	0,00	0,00	2.282,50	88.344,33	0,00	0,00	0,00
JUN	142.240,86	61.067,00	47.984,75	4.428,01	0,00	0,00	24.818,26	26.886,45	0,00	0,00	0,00
JUL	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5.867,12	0,00	0,00
AGO	142.900,86	61.287,00	47.984,75	5.049,97	0,00	0,00	0,00	20.533,28	0,00	0,00	0,00
SET	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.208,33
OUT	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOV	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	35.264,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	142.240,86	61.067,00	47.984,75	13.668,72	0,00	0,00	12.599,15	13.649,08	0,00	251.292,61	192.419,47
<b>TOTAIS</b>	<b>1.652.094,52</b>	<b>621.037,10</b>	<b>568.475,82</b>	<b>68.171,44</b>	<b>35.264,16</b>	<b>315,20</b>	<b>56.794,92</b>	<b>370.807,02</b>	<b>5.867,12</b>	<b>251.292,61</b>	<b>196.627,80</b>

### 13.2 a. Órgão

CONSELHO FISCAL

### 13.2 b. Número de Membros:

O Conselho Fiscal da Companhia é composto atualmente por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes.

### 13.2 c Segregação da Remuneração:

A remuneração dos conselheiros fiscais é aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração mais o reembolso das despesas de locomoção realizadas quando da participação em reunião do Conselho Fiscal, para aqueles conselheiros que não residem em Curitiba, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros.

## REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2009

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	8.246,90
FEVEREIRO	8.246,90
MARÇO	8.246,90
ABRIL	8.246,90
MAIO	7.974,98
JUNHO	8.386,68
JULHO	8.386,68
AGOSTO	8.386,68
SETEMBRO	8.386,68
OUTUBRO	8.386,68
NOVEMBRO	8.386,68
DEZEMBRO	8.386,68
<b>TOTAL</b>	<b>99.669,34</b>

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2010

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	8.386,68
FEVEREIRO	8.386,68
MARÇO	8.386,68
ABRIL	8.386,68
MAIO	9.653,04
JUNHO	8.808,80
JULHO	8.808,80
AGOSTO	8.808,80
SETEMBRO	8.808,80
OUTUBRO	8.808,80
NOVEMBRO	8.808,80
DEZEMBRO	8.808,80
<b>TOTAL</b>	<b>104.861,36</b>

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2011:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	8.808,80
FEVEREIRO	8.808,80
MARÇO	8.808,80
ABRIL	9.449,89
MAIO	17.677,40
JUNHO	14.552,32
JULHO	13.575,00
AGOSTO	14.366,38
SETEMBRO	14.585,68
OUTUBRO	14.098,92
NOVEMBRO	13.575,00
DEZEMBRO	14.911,72
<b>TOTAL</b>	<b>153.218,71</b>

**13.2 d. Valor da remuneração anual do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:**

Demonstramos a seguir o valor da remuneração anual do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal de 2009, 2010 e 2011:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	366.888,54	369.427,89	467.886,00
DIRETORIA EXECUTIVA	2.815.817,30	3.123.071,97	3.826.747,71
CONSELHO FISCAL	99.669,34	104.861,36	153.218,71
<b>TOTAIS</b>	<b>3.282.375,18</b>	<b>3.597.361,22</b>	<b>4.447.852,42</b>

**13.2 e. Total da remuneração do Conselho de Administração, diretoria Executiva e Conselho Fiscal:**

Apresentamos a seguir a demonstração do total da remuneração anual do conselho de Administração, diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos exercício de 2009, 2010 e 2011:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	366.888,54	369.427,89	467.886,00
DIRETORIA EXECUTIVA	2.815.817,30	3.123.071,97	3.826.747,71
CONSELHO FISCAL	99.669,34	104.861,36	153.218,71
<b>TOTAIS</b>	<b>3.282.375,18</b>	<b>3.597.361,22</b>	<b>4.447.852,42</b>

**13.3 Em relação a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:**

Como já comentado anteriormente, destacamos que a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sanepar é variável, pois depende da participação dos mesmos nas reuniões de seus respectivos órgãos. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva tinha uma parcela variável até 2010, partir de 2011 não tem parcela variável na remuneração da Diretoria Executiva

A seguir demonstramos um quadro com o total de remuneração de cada órgão nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a previsão para a remuneração para o exercício de 2012.

ÓRGÃO	M	2009	M	2010	M	2011	M	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9	366.888,54	9	369.427,89	9	467.886,00	9	498.392,17
DIRETORIA EXECUTIVA	9	2.815.817,30	8	3.123.071,97	9	3.826.747,71	9	4.076.251,66
CONSELHO FISCAL	5	99.669,34	4	104.861,36	4	153.218,71	5	163.208,57
<b>TOTAIS</b>		<b>3.282.375,18</b>		<b>3.597.361,22</b>		<b>4.447.852,42</b>		<b>4.737.852,40</b>

Apresentamos a seguir uma tabela que contempla a previsão do número de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, bem como a remuneração prevista para cada órgão, no exercício de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
9 membros	9 membros	5 membros
R\$ 498.392,17	R\$ 4.076.251,66	R\$ 163.208,57

#### **13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Informamos que a Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Demonstramos a seguir uma tabela com a participação acionária na Sanepar, dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

ESPÉCIE DE AÇÕES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	0	0	0
PREFERENCIAIS	25	0	0

13.6 Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e á prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria executiva:

Na Sanepar não há remuneração baseada em ações

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria executiva ao final do último exercício social:

A Companhia não possuía opções em aberto do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria executiva, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não se aplica a Sanepar

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal

como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções;

Não se aplica a Sanepar

**13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:**

**13.10.a. Órgão**

Informamos que alguns membros da Diretoria Executiva participam do Plano de Previdência da Sanepar.

**13.10.b. Número de membros**

3 membros participam atualmente do plano.

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data da Inscrição</b>
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2011
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	01.06.2011
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	01.03.2011

**13.10.c. Nome do Plano**

O plano de previdência é da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social, chamado FusanPrev.

**13.10.d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:**

Pela Renda Mensal Vitalícia Normal a data em que os mesmo reúnem as condições será:

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Preenchimento de Carência para Apos.</b>
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2021
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	15.01.2030
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	14.01.2030

\*Ressaltamos que o requerimento do benefício somente é possível após o desligamento com a Sanepar.

**13.10.e. Condições para se aposentar antecipadamente:**

No regulamento do FusanPrev, artigo 35 - inciso II, está prevista a concessão da Renda Mensal Vitalícia Normal, cujos requisitos cumulativos são:

- a) idade mínima igual ou superior a 43 anos e inferior a 55 anos de idade;
- b) mínimo de 10 anos ininterruptos de vinculação ao FusanPrev;
- c) Término do vínculo patronal.

Destacamos que o plano previdenciário paga um pecúlio por morte aos beneficiários do participante falecido, assim como, da pensão por morte.

**13.10.f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:**

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, corrigidas, em favor dos participantes abaixo desde sua inscrição e até 31/12/2011 totalizaram:

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Contribuição Patronal</b>
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 9.162,43
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 6.193,29
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 8.430,17

**13.10.g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:**

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, em favor dos participantes abaixo entre 01/01/2011 e 31/12/2011 totalizaram:

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Contribuição Patronal</b>
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 9.101,22
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 6.159,56
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 8.377,31

**13.10.h. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:**

De acordo com o regulamento do FusanPrev, o resgate é um instituto previsto no artigo 22 e a única condição para

exercer é o desligamento com a Patrocinadora, no caso com a Sanepar.

**13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria executiva e ao conselho fiscal, o número de membros, o valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e o valor médio de remuneração individual:**

A seguir apresentamos a tabela por órgão da administração, contendo o número de membros, o valor da maior remuneração individual, o valor da menor remuneração individual e o valor médio de remuneração individual para os exercícios de 2009, 2010 e 2011:

**2009**

	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	5
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.193,33	R\$ 25.500,00	R\$ 2.096,67
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.193,33	R\$ 20.400,00	R\$ 2.096,67
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.193,33	R\$ 20.966,67	R\$ 2.096,67

**2010**

	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	4
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 26.838,00	R\$ 2.202,20
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 21.420,00	R\$ 2.202,20
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 22.022,00	R\$ 2.202,20

2011

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	5
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 33.067,00	R\$ 2.715,00
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 26.400,00	R\$ 2.715,00
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 27.140,78	R\$ 2.715,00

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:**

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, diretoria executiva e conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

O quadro a seguir apresenta o percentual da remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal no resultado da Sanepar nos 3 últimos exercícios sociais:

ÓRGÃO	2009	2010	2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0,27%	0,27%	0,19%
DIRETORIA EXECUTIVA	2,04%	2,25%	1,54%
CONSELHO FISCAL	0,07%	0,08%	0,06%

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Informamos que a Sanepar não pagou nenhuma outra remuneração aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, pois os mesmos não ocupam outra função na Sanepar, somente aquela para a qual foram eleitos.

**13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não aplicável à Sanepar.

**13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

A Sanepar não possui outras informações que julga relevantes.



**PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO**

**DOS LUCROS**

**EXERCÍCIO: 2011**

# Demonstrativo da Proposta para Destinação dos Lucros Acumulados do Exercício de 2011 e para Participação nos Resultados

(Em milhares de Reais)

## Composição do saldo de Lucros Acumulados:

Realização da Reserva de Reavaliação	5.950
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	8.999
Lucro Líquido do Exercício	249.170

### Destinações:

1. Reserva Legal	(12.458)
2. Dividendos (Juros sobre Capital Próprio)	(118.550)
3. Reserva de Lucro para Plano de Investimentos	(132.634)
4. Reserva de Incentivos Fiscais	(477)

### 1) Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 12.458, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

### 2) Dividendos (Juros sobre Capital Próprio)

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Adicionalmente, o Conselho de Administração propôs a complementação de dividendos a todos os acionistas, sendo que para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído dividendo por ação, 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9.249/95, complementada por

disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, na conta de lucros acumulados.

As propostas para o crédito contábil dos Juros Sobre o Capital Próprio em substituição aos Dividendos Obrigatórios, referente ao exercício de 2011, foram aprovadas na 4ª/2011 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 29 de junho de 2011 e na 12ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício	249.170
Constituição da Reserva Legal	(12.458)
Doações e Subvenções Governamentais	(477)
Base de Cálculo para os Dividendos	<u>236.235</u>
Dividendos Estatutários (25%)	59.059
Dividendos Complementares	59.491
<b>Dividendos Propostos (Juros sobre Capital Próprio)</b>	<b><u><u>118.550</u></u></b>

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, por ação, foram os seguintes:

	<u>2011</u>
Ações Ordinárias	0,27796
Ações Preferenciais	0,30575

### **3) Reserva para Plano de Investimentos**

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 132.634 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

### **4) Reserva de Incentivos Fiscais**

Constituída no montante de R\$ 477, referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio.

## **Participação nos Resultados**

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República.

Em conformidade com a citada Lei, bem como ao Acordo Coletivo de Trabalho específico e cumpridas integralmente as determinações do Decreto Estadual nº 1.978, de 20/12/2007, a Diretoria da Sanepar propõe a distribuição, referente a participação nos resultados, no montante de R\$10.264, a serem pagos aos seus empregados. Esse valor encontra-se provisionado nas Demonstrações Contábeis de 2011.

**A Diretoria**

**SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS DE 2010**  
(valores em R\$ mil)

**1. Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2011:**

- R\$ 249.170

**2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- Montante global dos juros sobre o capital próprio/dividendos em 2011:

- R\$ 118.550

- Valor dos juros sobre o capital próprio/dividendos de 2011 por ação:

- Remuneração bruta por Ação Preferencial R\$ 0,30576
- Remuneração bruta por Ação Ordinária R\$ 0,27795

**3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído aos acionistas referente ao exercício de 2011:**

- 47,58%

**4. Demonstramos a seguir o montante global e o valor por ação de juros sobre o capital próprio/dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

	<b>2009</b>
Lucro Líquido	R\$ 137.871
Juros sobre o Capital Próprio / dividendos	R\$ 39.013
Percentual dos juros sobre o capital próprio / dividendos sobre o lucro líquido	28,30%
Juros sobre o capital próprio / dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,1006
Juros sobre o capital próprio por Ação Ordinária	R\$ 0,0915

	<b>2010</b>
	R\$
Lucro Líquido	135.511
	R\$
Juros sobre o Capital Próprio/dividendos	37.201
Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre o lucro líquido	27,45%
Juros sobre o capital próprio/dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,09594
Juros sobre o capital próprio/dividendos por Ação Ordinária	R\$ 0,08722

**Nota:** Os juros sobre o capital próprio/dividendos dos exercícios de 2009 e 2010 foram pagos em 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com a previsão estatutária, ou seja, até 60 (sessenta) dias após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária - AGO.

**5.** Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

Informamos que a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, Declara que na 48ª Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2012, vai somente ratificar o valor dos juros sobre o capital próprio, já declarados aos seus acionistas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

**6.** Apresentamos a seguir a composição dos juros sobre o capital próprio/dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

**6. a.** Montante dos juros sobre o capital próprio/dividendos referente a 2011:

	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>TOTAL</b>
Juros sobre o capital próprio/dividendos	R\$ 59.167	R\$ 59.383	118.550

**6. b.** Data do pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos de 2011:

Informamos que o pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, ocorrerá em até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária - AGO.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

7. a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) últimos exercícios anteriores:

	2008	2009	2010	2011
	R\$	R\$	R\$	R\$
Lucro Líquido	141.880	137.871	135.511	249.170

7. b. Juros sobre o capital próprio/dividendos do exercício e dos 3 (três) últimos exercícios anteriores:

	2008	2009	2010	2011
Juros sobre o Capital Próprio / dividendos	R\$ 39.867	R\$ 39.013	R\$ 37.201	R\$ 118.550
Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido	28,10%	28,30%	27,45%	47,58%
Juros sobre o capital próprio / dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,1028	R\$ 0,1006	R\$ 0,0959	R\$ 0,3058
Juros sobre o capital próprio por Ação Ordinária	R\$ 0,0935	R\$ 0,0915	R\$ 0,0872	R\$ 0,2780

8. Reserva Legal:

8. a. Em 2011 a constituição da Reserva Legal foi de R\$ 12.458.

8. b. A Reserva Legal é constituída anualmente em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do Lucro Líquido do exercício até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a juros sobre o capital próprio/dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

10. Com relação aos juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios:

10. a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Com relação aos juros sobre o capital próprio/dividendos, transcrevemos a seguir as partes do Estatuto Social que tratam do assunto:

Art. 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

m) deliberar sobre a distribuição de dividendos semestrais, bem como sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio;

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS.**

Art. 26 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis, em acordo com a legislação pertinente.

Art. 27 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo único - Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

Art. 28 - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo único - Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto na alínea "m", do art. 17, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.

Art. 29 - Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de sessenta dias, a contar da data de realização

da Assembleia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

Parágrafo único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

**10. b.** Informar se os juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios estão sendo pagos normalmente:

Informamos que, de acordo com o Estatuto Social, os juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios, estão sendo pagos integralmente.

**10. c.** Informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável

**11.** Havendo retenção dos juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios devido à situação financeira da Companhia:

Informamos que até a presente data a Sanepar não efetuou retenção de juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios.

**12.** Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva para contingências.

**13.** Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva de lucros a realizar.

**14.** Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reservas estatutárias.

**15.** Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de investimentos:

**a.** Identificar o montante da retenção para constituição da Reserva para Plano de Investimentos:

A Administração propõe, referente ao exercício encerrado em 31/12/2011, sujeito à posterior aprovação da Assembléia Geral Ordinária, a destinação do montante de R\$ 132.634 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos.

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

Apresentamos a seguir o resumo do plano de investimentos para os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Recursos Próprios	R\$ 219.629	R\$ 296.065	R\$ 292.707
Recursos Financiados	R\$ 278.606	R\$ 477.388	R\$ 371.478
Totais	R\$ 498.235	R\$ 773.453	R\$ 664.185

Os recursos financiados são oriundos do BNDES - Fundo de Amparo do Trabalhador e da Caixa Econômica Federal - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

**16.** Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

**16. a.** Informar o montante destinado a reserva:

Em 2011 a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais foi de R\$ 477.

**16. b.** Explicar a natureza da destinação:

A reserva de Incentivos Fiscais é referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com exceção do conselheiro Massao Fábio Oya que emitirá seu parecer de forma individual, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório Anual de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no “Relatório” sem ressalvas dos Auditores Independentes, “KPMG Auditores Independentes”, datado de 29 de fevereiro de 2012, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, naquela data e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 08 de março de 2012.

**LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI**  
Presidente

**NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS**  
Conselheiro

**RICARDO VINICIUS CUMAN**  
Conselheiro

**IVENS MORETTI PACHECO**  
Conselheiro

**DECLARAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO FISCAL  
MASSAO FÁBIO OYA**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR**

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ 76.484.013/0001-45**

**NIRE 33.300.276.963**

**DECLARAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DE VOTO** do Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya na reunião do Conselho Fiscal realizada em 08 de março de 2012.

As avaliações deste Conselheiro Fiscal basearam-se nas discussões e informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes, pelas avaliações dos sistemas de controles internos no transcurso de suas verificações e nos trabalhos que os Auditores Independentes realizaram e de suas próprias análises.

A elaboração das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Administração cabendo a esta estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das mesmas e na geração de relatórios. A Administração também é responsável pelo estabelecimento e supervisão do sistema de controles internos e monitoramento de riscos.

O Conselheiro Fiscal analisou os balancetes contábeis mensais, selecionando contas contábeis para solicitação de aberturas, detalhamentos e documentos que são suporte contábil para essas contas.

Para a análise de documentos contábeis, foram efetuadas visitas específicas a sede social da Companhia, e para esse fim recebeu detalhamentos da Administração.

O Conselheiro efetuou solicitações a Auditoria Independente - KPMG Auditores Independentes em 22/02/12, através de carta protocolada junto a Administração, com base ao que prevê a lei 6.404/76, artigo 163, parágrafo 4º, com solicitações conforme segue:

- a. Relatório circunstanciado sobre a área de Prestação de Serviços de Terceiros;
- b. Relatório circunstanciado sobre a área de Projetos e Obras em Andamento;
- c. Relatório circunstanciado sobre a área de Reconhecimento de Receitas;
- d. Relatório circunstanciado sobre a área de Créditos para Aumento de Capital / Partes Relacionadas;

Como resultado das análises realizadas e das solicitações efetuadas, recebeu dos Auditores Independentes, os referidos relatórios, que ficam arquivados na sede da Companhia, e que em dados gerais revelaram a adequada situação contábil dessas contas e das demais constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/11. Todavia, sobre a área de Créditos para Aumento de Capital / Partes Relacionadas o Auditor Independente quando solicitado informar sobre eventuais recomendações relacionadas com riscos jurídicos “se existentes” nesta operação, informou:

*“Informamos que não faz parte do escopo do nosso trabalho avaliar questões sobre esse tema, cabendo ao Departamento Jurídico da Sanepar essa exposição.”*

As solicitações que acima foram detalhadas tiveram o objetivo de esclarecer a adequabilidade do estado dessas contas, estritamente nos relatórios circunstanciados dos Auditores Independentes, principalmente no que tange a projetos e Obras em Andamento e Prestação de Serviços de Terceiros, tendo em vista que este Conselheiro Fiscal na reunião do colegiado de 09 de novembro de 2011 com base na Lei 6.404/76, artigo 163, parágrafo 8º, diligentemente recomendou a Administração e aos demais membros do Conselho Fiscal que a Administração apresentasse três empresas nesta área, afim de que o colegiado escolhesse quem prestaria os serviços de sua especialidade no que tange a adequabilidade dos contratos de prestação de serviços incluindo obras e projetos de engenharia, uma vez que é do conhecimento da Administração a necessidade de examinar essas contas/contratos detalhadamente, tendo em vista o relevo da matéria da Reunião de Diretoria de 12/07/2011, que deliberou sobre a abertura do edital de licitação para contratação dos referidos serviços e a subsequente suspensão do referido edital por inconsistências em sua redação. Por essa razão este Conselheiro Fiscal solicitou alternativamente de acordo

com a Lei 6.404/76, artigo 163, parágrafo 4º, a elaboração pelos Auditores Independentes de relatórios circunstanciados.

O Conselheiro Fiscal durante as suas análises, verificou que a Administração vem avaliando implantar um plano de contingências para restauração do ambiente de TI em situações emergenciais. Essa providencia é necessária para mitigar eventuais riscos de paralisação do ambiente de TI.

O Conselho de Administração da Companhia aprovará as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011 para encaminhamento e aprovação dos Acionistas, em reunião agendada para ocorrer dia 13 de março de 2012, tratando-se dessa forma as referidas demonstrações financeiras de documentos preliminares e sujeitos a essa aprovação.

Considerando os assuntos detalhados anteriormente, é de opinião que as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a Proposta da Administração para destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e com base nas análises realizadas nos relatórios circunstanciados, no Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, datado de 29 de fevereiro de 2012, que emitiu parecer sem ressalvas, concluiu que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes e os comentários anteriormente detalhados, estão adequadamente apresentados, para seu encaminhamento aos Acionistas, para deliberação em Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba – PR, 08 de março de 2012.

**Massao Fábio Oya**  
Conselheiro Fiscal  
RG 34.872.970  
CPF 297.396.878-06

**SITEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Apresentamos a seguir a proposta para o montante global de remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia para o exercício de 2012, no valor de R\$ 6.312.633,92 (seis milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos), com a aplicação do índice de 6,52% (seis vírgula cinquenta e dois por cento) sobre o montante aprovado no exercício anterior.

Remuneração para Diretores	4.076.251,66
Encargos Sociais	1.574.781,52
Remuneração Conselhos	661.600,74
<b>Montante previsto para 2012</b>	<b>6.312.633,92</b>